

Gestão 2018-2020

Procurador-Geral de Justiça
Paulo Cezar dos Passos
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Jurídico
Humberto de Matos Brittes
Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa
Nilza Gomes da Silva
Procurador-Geral Adjunto de Justiça de Gestão e Planejamento Institucional
Hudson Shiguer Kinashi
Corregedor-Geral do Ministério Público
Marcos Antonio Martins Sottoriva
Corregedor-Geral Substituto do Ministério Público
Antonio Siufi Neto
Ouvidor do Ministério Público
Olavo Monteiro Mascarenhas

COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

Procurador de Justiça <i>Sérgio Luiz Morelli</i>	Procurador de Justiça <i>Marcos Antonio Martins Sottoriva</i>
Procurador de Justiça <i>Mauri Valentim Ricciotti</i>	Procuradora de Justiça <i>Esther Sousa de Oliveira</i>
Procurador de Justiça <i>Hudson Shiguer Kinashi</i>	Procurador de Justiça <i>Aroldo José de Lima</i>
Procurador de Justiça <i>Olavo Monteiro Mascarenhas</i>	Procurador de Justiça <i>Adhemar Mombrum de Carvalho Neto</i>
Procuradora de Justiça <i>Irma Vieira de Santana e Anzoategui</i>	Procurador de Justiça <i>Gerardo Eriberto de Moraes</i>
Procuradora de Justiça <i>Nilza Gomes da Silva</i>	Procurador de Justiça <i>Luis Alberto Safrader</i>
Procurador de Justiça <i>Silvio Cesar Maluf</i>	Procuradora de Justiça <i>Sara Francisco Silva</i>
Procurador de Justiça <i>Antonio Siufi Neto</i>	Procuradora de Justiça <i>Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya</i>
Procurador de Justiça <i>Evaldo Borges Rodrigues da Costa</i>	Procuradora de Justiça <i>Mara Cristiane Crisóstomo Bravo</i>
Procuradora de Justiça <i>Marigô Regina Bittar Bezerra</i>	Procurador de Justiça <i>Helton Fonseca Bernardes</i>
Procurador de Justiça <i>Belmires Soles Ribeiro</i>	Procurador de Justiça <i>Gilberto Robalinho da Silva</i>
Procurador de Justiça <i>Humberto de Matos Brittes</i>	Procurador de Justiça <i>Paulo Cezar dos Passos</i>
Procurador de Justiça <i>Miguel Vieira da Silva</i>	Procuradora de Justiça <i>Jaceguara Dantas da Silva</i>
Procurador de Justiça <i>João Albino Cardoso Filho</i>	Procurador de Justiça <i>Rodrigo Jacobina Stephanini</i>
Procuradora de Justiça <i>Lucienne Reis D'Ávila</i>	Procurador de Justiça <i>Silasneiton Gonçalves</i>
Procuradora de Justiça <i>Ariadne de Fátima Cantú da Silva</i>	Procurador de Justiça <i>Sérgio Fernando Raimundo Harfouche</i>
Procurador de Justiça <i>Francisco Neves Júnior</i>	Procurador de Justiça <i>Alexandre Lima Raslan</i>
Procurador de Justiça <i>Edgar Roberto Lemos de Miranda</i>	

EXPEDIENTE EXTERNO:

De 2ª à 6ª feira, das 08 às 11 e 13 às 18 horas.

DISQUE DENÚNCIA

Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça Criminais
(67) 3318-2091 e-mail: caocrim@mpms.mp.br

Centro de Apoio Operacional dos Direitos Constitucionais do Cidadão
e dos Direitos Humanos e das Pessoas com Deficiência
(67) 3318-2160 e-mail: caodh@mpms.mp.br

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**PORTARIA Nº 1181/2020-PGJ, DE 6.4.2020**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, e

CONSIDERANDO a Declaração de Emergência em Saúde Pública de Importância Internacional pela Organização Mundial da Saúde em 30.1.2020, em decorrência da infecção humana pelo novo coronavírus (COVID-19);

CONSIDERANDO a Portaria nº 188/GM/MS, de 4.2.2020, que declara Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN), em decorrência da infecção humana pelo novo coronavírus;

CONSIDERANDO as normas cogentes previstas na Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), que norteiam a atuação do gestor público, com escopo de equilibrar os gastos conforme as receitas previstas no orçamento anual;

CONSIDERANDO as incertezas no cenário fiscal no âmbito da Administração Pública Estadual, que impactará diretamente no orçamento do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul;

CONSIDERANDO o disposto no Decreto Estadual nº 15.396, de 19 de março de 2020, que declara, no âmbito do Estado de Mato Grosso do Sul, situação de emergência em razão da pandemia por doença infecciosa viral – COVID-19 (Classificação e Codificação Brasileira de Desastres – COBRADE – 1.5.1.1.0) –, e amplia as medidas de prevenção a serem adotadas no território sul-mato-grossense;

CONSIDERANDO o quadro de instabilidade econômica existente no país, com os respectivos reflexos na economia dos Estados;

CONSIDERANDO a necessidade de implementar a contenção dos gastos públicos e otimizar os recursos do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul;

CONSIDERANDO a necessidade de colaboração de todos os membros e servidores do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul para cumprimento de metas de ajustes de despesas,

R E S O L V E :

Art. 1º Fica determinado o contingenciamento de até 20% (vinte por cento) nas despesas do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul (MPMS), com o objetivo de otimizar as despesas a serem realizadas, da forma a seguir definida.

Parágrafo único. A Secretaria-Geral (SEG) será a responsável por refazer o planejamento das despesas, visando a contenção de gastos com custeio e redução de investimentos.

Art. 2º Determina-se a redução das seguintes despesas:

I – serviços de postagens;

II – material de consumo;

III – impressão de material gráfico;

IV – passagens aéreas;

V – combustíveis;

VI – aquisição de mobiliários e equipamentos em geral, equipamentos de TI, e outros materiais permanentes;

VII – concessão de diárias de servidores e de membros;

VIII – contratação de cursos, seminários, congressos, simpósios e outras formas de capacitação e treinamento de servidores públicos, excetuando-se as capacitações na modalidade educação a distância (EaD), a cargo da Escola Superior do Ministério Público (ESMP), sem custos para a Instituição;

IX – aquisição de veículos;

X – outras despesas que se fizerem necessárias.

§ 1º Deverão ser potencializadas as comunicações entre unidades do MPMS por meio das ferramentas de videoconferência e comunicação instantânea disponíveis à comunidade ministerial, de modo a reduzir os materiais de consumo (impressão de documentos em papel sulfite) e reduzir o uso de Sedex, Sedex 10 e Aviso de Recebimento (AR).

§ 2º Serão priorizadas as despesas com o pagamento de diárias relacionadas ao cumprimento tanto de medidas de combate ao coronavírus quanto de outros serviços essenciais de cada área de atuação definidos pela chefia imediata.

Art. 3º Ficam suspensas as despesas decorrentes das seguintes atividades no âmbito de todo o MPMS:

I – celebração de novos contratos de locação de imóveis, destinados à instalação e ao funcionamento de unidades do MPMS, que impliquem acréscimo de despesa de custeio;

II – nomeação e posse de servidores, exceto se em decorrência de exoneração do então ocupante do cargo durante a vigência desta Portaria;

III – contratação de consultorias, perícias e fiscalizações, excetuadas as que visarem atender medidas de urgência de casos relacionados ao combate da pandemia, mantendo-se o pagamento das viagens já realizadas, bem como aquelas que sejam fundamentais para o andamento de projetos de engenharia cuja execução tenha sido autorizada pela SEG.

IV – aquisição de livros e revistas técnicas;

V – reajuste de remuneração e quaisquer auxílios.

Parágrafo único. A suspensão de que trata este artigo não se aplica às despesas passíveis de serem realizadas por meio de suprimentos de fundos, compreendidas aquelas de caráter urgente ou de baixo valor que não possam aguardar o processo regular de aquisição.

Art. 4º A execução de despesas urgentes e extraordinárias condicionar-se-á à existência de disponibilidade financeira e autorização do Procurador-Geral de Justiça.

Art. 5º A SEG adotará as medidas e os procedimentos necessários à redução das despesas, e a Secretaria de Administração (Sead), a Secretaria de Tecnologia da Informação (STI) e o Departamento de Engenharia (Deng) deverão apresentar àquela propostas que visem ao novo planejamento de despesas das suas respectivas áreas de atuação.

Art. 6º Os casos excepcionais serão submetidos à apreciação e deliberação do Procurador-Geral de Justiça.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições contrárias, com efeito até 31 de dezembro de 2020 ou enquanto perdurarem as restrições ocasionadas pela pandemia do novo coronavírus (COVID-19).

PAULO CEZAR DOS PASSOS
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1182/2020-PGJ, DE 6.4.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar, a partir de 6.4.2020, o Promotor de Justiça Paulo Cesar Zeni, Assessor Especial do Procurador-Geral de Justiça, para, sem prejuízo de suas funções, compor o Comitê Estratégico de Tecnologia da Informação, CETI.

PAULO CEZAR DOS PASSOS
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1183/2020-PGJ, DE 6.4.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar, a partir de 6.4.2020, o Promotor de Justiça Paulo Cesar Zeni, Assessor Especial do Procurador-Geral de Justiça, para, sem prejuízo de suas funções, compor a Comissão Mista para instalação do Laboratório de Lavagem de Dinheiro.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1184/2020-PGJ, DE 6.4.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar, a partir de 6.4.2020, o Promotor de Justiça Paulo Cesar Zeni, Assessor Especial do Procurador-Geral de Justiça, para, sem prejuízo de suas funções, compor a Comissão Mista de Segurança da Tecnologia da Informação e Crimes Cibernéticos.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1185/2020-PGJ, DE 6.4.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar, a partir de 6.4.2020, o Promotor de Justiça Paulo Cesar Zeni, Assessor Especial do Procurador-Geral de Justiça, para, sem prejuízo de suas funções, compor e presidir o Comitê Gestor de acompanhamento das atividades necessárias para a implantação do SAJ/MP.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1186/2020-PGJ, DE 6.4.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar, a partir de 6.4.2020, o Promotor de Justiça Paulo Cesar Zeni, Assessor Especial do Procurador-Geral de Justiça, para, sem prejuízo de suas funções, compor o Comitê Gestor para Administração e Gerência da Implantação, Manutenção e Aperfeiçoamento das Tabelas Unificadas.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1187/2020-PGJ, DE 6.4.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar, a partir de 6.4.2020, o Promotor de Justiça Paulo Cesar Zeni, Assessor Especial do Procurador-Geral de Justiça, para, sem prejuízo de suas funções, compor e presidir a Comissão de Pesquisa e Inovação em Inteligência Artificial no âmbito do Ministério Público Estadual.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1188/2020-PGJ, DE 6.4.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, e considerando o artigo 24 da Resolução nº 015/2017-PGJ, de 5.7.2017,

R E S O L V E :

Designar, a partir de 6.4.2020, o Promotor de Justiça Paulo Cesar Zeni, Assessor Especial do Procurador-Geral de Justiça, para, sem prejuízo de suas funções, compor o Conselho Administrativo-Consultivo da ESMP-MS, até ulterior deliberação.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1189/2020-PGJ, DE 6.4.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, e considerando o contido no § 12 do artigo 9º da Resolução nº 002/2017-CSMP, de 19 de outubro de 2017, *ad referendum* da Comissão de Concurso,

R E S O L V E :

Designar, a partir de 6.4.2020, o Promotor de Justiça Paulo Cesar Zeni, Assessor Especial do Procurador-Geral de Justiça, para, sem prejuízo de suas funções, auxiliar os membros da Comissão do XXVIII Concurso Público de Provas e Títulos para o cargo de Promotor de Justiça Substituto.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1190/2020-PGJ, DE 6.4.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar, a partir de 6.4.2020, o Promotor de Justiça Paulo Cesar Zeni, Assessor Especial do Procurador-Geral de Justiça, para, sem prejuízo de suas funções, compor a Comissão para implantação de ambiente de Educação a Distância (EaD) na Escola Superior do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1191/2020-PGJ, DE 6.4.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o Promotor de Justiça Paulo Cesar Zeni, Assessor Especial do Procurador-Geral de Justiça, para, sem prejuízo de suas funções, coordenar o Departamento Especial de Apoio às Atividades de Execução, DAEX, a partir de 6.4.2020, até ulterior deliberação; e revogar, a partir da referida data, a Portaria nº 329/2020, de 28.1.2020, que designou o Promotor de Justiça Antonio André David Medeiros.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1192/2020-PGJ, DE 6.4.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar, a partir de 6.4.2020, o Promotor de Justiça Paulo Cesar Zeni, Assessor Especial do Procurador-Geral de Justiça, para, sem prejuízo de suas funções, compor o Comitê de Modernização Administrativa, responsável por promover a modernização da gestão administrativa da Instituição por meio da execução do Projeto “Paiaguá”, instituído pela Portaria nº 363/2019-PGJ, de 30.1.2019.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1101/2020-PGJ, DE 30.3.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Indeferir, por necessidade de serviço, compensação de plantão aos Promotores de Justiça abaixo nominados, nos termos do artigo 140, § 3º, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, com a redação dada pela Lei Complementar nº 227, de 19.10.2016, conforme segue:

PROMOTORES DE JUSTIÇA	QUANTIDADE DE DIAS	PERÍODO INDEFERIDO
Allan Carlos Cobacho do Prado	11	16 a 26.4.2020
Christiane de Alencar	20	23.3 a 11.4.2020
Gabriel da Costa Rodrigues Alves	20	6 a 25.4.2020
Marcos Martins de Brito	30	23.3 a 21.4.2020
Suzi Lucia Silvestre da Cruz D'Angelo	20	5 a 24.5.2020

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° 1193/2020-PGJ, DE 6.4.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar, a partir de 6.4.2020, o Promotor de Justiça Ricardo de Melo Alves, Assessor Especial do Procurador-Geral de Justiça, para, sem prejuízo de suas funções, compor e presidir o Comitê Estratégico de Tecnologia da Informação, CETI; e revogar a partir dessa data, a Portaria nº 328/2020-PGJ, de 28.1.2020, que designou o Promotor de Justiça Antonio André David Medeiros, atualmente agregado ao Gabinete do Procurador-Geral de Justiça, para, sem prejuízo de suas funções, presidir o Comitê Estratégico de Tecnologia da Informação, CETI.

PAULO CEZAR DOS PASSOS
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° 1194/2020-PGJ, DE 6.4.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar, a partir de 6.4.2020, o Promotor de Justiça Ricardo de Melo Alves, Assessor Especial do Procurador-Geral de Justiça, para, sem prejuízo de suas funções, compor o Comitê de Controle Interno de Tecnologia da Informação no âmbito do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

PAULO CEZAR DOS PASSOS
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° 1195/2020-PGJ, DE 6.4.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar, a partir de 6.4.2020, o Promotor de Justiça Ricardo de Melo Alves, Assessor Especial do Procurador-Geral de Justiça, para, sem prejuízo de suas funções, compor a Comissão Mista de Segurança da Tecnologia da Informação e Crimes Cibernéticos, instituída pela Portaria nº 2395/2016-PGJ, de 12.8.2016.

PAULO CEZAR DOS PASSOS
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° 1196/2020-PGJ, DE 6.4.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar, a partir de 6.4.2020, o Promotor de Justiça Ricardo de Melo Alves, Assessor Especial do Procurador-Geral de Justiça, para, sem prejuízo de suas funções, compor o Comitê Gestor de acompanhamento das atividades necessárias para a implantação do SAJ/MP.

PAULO CEZAR DOS PASSOS
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1197/2020-PGJ, DE 6.4.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar, a partir de 6.4.2020, o Promotor de Justiça Ricardo de Melo Alves, Assessor Especial do Procurador-Geral de Justiça, para, sem prejuízo de suas funções, compor o Comitê Gestor para Administração e Gerência da Implantação, Manutenção e Aperfeiçoamento das Tabelas Unificadas.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1198/2020-PGJ, DE 6.4.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar, a partir de 6.4.2020, o Promotor de Justiça Ricardo de Melo Alves, Assessor Especial do Procurador-Geral de Justiça, para, sem prejuízo de suas funções, compor a Comissão de Pesquisa e Inovação em Inteligência Artificial no âmbito do Ministério Público Estadual.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1199/2020-PGJ, DE 6.4.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar, a partir de 6.4.2020, o Promotor de Justiça Ricardo de Melo Alves, Assessor Especial do Procurador-Geral de Justiça, para, sem prejuízo de suas funções, compor a Comissão para implantação de ambiente de Educação a Distância (EaD) na Escola Superior do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1200/2020-PGJ, DE 6.4.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar, a partir de 6.4.2020, o Promotor de Justiça Ricardo de Melo Alves, Assessor Especial do Procurador-Geral de Justiça, para, sem prejuízo de suas funções, representar a Administração Superior do MPMS, como suplente, junto ao Fórum Nacional de Gestão do Conselho Nacional do Ministério Público.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1201/2020-PGJ, DE 6.4.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar, a partir de 6.4.2020, o Promotor de Justiça Ricardo de Melo Alves, Assessor Especial do Procurador-Geral de Justiça, para, sem prejuízo de suas funções, compor o Comitê de Modernização Administrativa, responsável por promover a modernização da gestão administrativa da Instituição por meio da execução do Projeto “Paiaçu”, instituído pela Portaria nº 363/2019-PGJ, de 30.1.2019.

PAULO CEZAR DOS PASSOS
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1202/2020-PGJ, DE 6.4.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar, a partir de 6.4.2020, o Promotor de Justiça Ricardo de Melo Alves, Assessor Especial do Procurador-Geral de Justiça, para, sem prejuízo de suas funções, coordenar a atividade de segurança institucional do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, até ulterior deliberação, nos termos do artigo 23 da Resolução nº 010/2018-PGJ, de 25.5.2018; e revogar a partir dessa data a Portaria nº 375, de 30.1.2020, que designou a Promotora de Justiça Bianka Karina Barros da Costa, atualmente agregada ao Gabinete do Procurador-Geral de Justiça, para, sem prejuízo de suas funções, coordenar a atividade de segurança institucional.

PAULO CEZAR DOS PASSOS
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1203/2020-PGJ, DE 6.4.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar, a partir de 6.4.2020, o Promotor de Justiça Ricardo de Melo Alves, Assessor Especial do Procurador-Geral de Justiça, para, sem prejuízo de suas funções, gerenciar a implantação dos serviços estabelecidos no Termo de Cooperação Técnica entre o MPMS e a Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública de MS.

PAULO CEZAR DOS PASSOS
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1204/2020-PGJ, DE 6.4.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar, a partir de 6.4.2020, o Promotor de Justiça Ricardo de Melo Alves, Assessor Especial do Procurador-Geral de Justiça, para, sem prejuízo de suas funções, compor a comissão responsável pela implementação dos trabalhos inerentes ao Fundo Nacional Antidrogas (FUNAD).

PAULO CEZAR DOS PASSOS
Procurador-Geral de Justiça

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

EXTRATO DA NOTA DE EMPENHO 2020NE001414 DE 02.04.2020 DO PROCESSO PGJ/10/1296/2020

Credor: CAMPOTEL MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO E EQUIPAMENTOS LTDA.

Ordenadora de despesa: **Bianka Karina Barros da Costa**, Promotora de Justiça e Secretária-Geral do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Licitação: **Pregão Presencial nº 27/PGJ/2019 – Ata Registro de Preços nº 2/PGJ/2020.**

Objeto: Aquisição de materiais elétricos, para atender às necessidades deste Ministério Público.

Valor: R\$ 3.120,00 (três mil cento e vinte reais) nos termos da Nota de Empenho nº 2020NE001414 de 02.04.2020, Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Amparo legal: Inciso II, do artigo 15 da Lei nº 8.666/93.

EDITAIS DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA

COMARCAS DE ENTRÂNCIA ESPECIAL

CORUMBÁ

NOTÍCIAS DE FATO

01.2019.00007241-4

01.2019.00012111-0

01.2020.00000458-1

01.2020.00000686-8

01.2020.00002287-9

RECOMENDAÇÃO Nº 0005/2020/02PJ/CBA

O Ministério Público de Mato Grosso do Sul, através da 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Corumbá/MS, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Constituição Federal, Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985, Lei Federal nº 8.625, de 12 de fevereiro de 1993, Lei Complementar Estadual nº 072, de 18 de janeiro de 1994, e pela Resolução PGJ nº 15 – PGJ, de 25 de agosto de 1997, resolve:

CONSIDERANDO que é função institucional do Ministério Público zelar pelo efetivo respeito dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados pela Constituição Federal, promovendo as medidas necessárias à sua garantia (art. 129, II, da Constituição Federal);

CONSIDERANDO que a Resolução 015/2007 dispõe em seu artigo 5º que “a recomendação é instrumento destinado à orientação de órgãos públicos ou privados, para que sejam cumpridas normas relativas a direitos e deveres assegurados ou decorrentes das Constituições Federal e Estadual e serviços de relevância pública e social”;

CONSIDERANDO a supremacia do interesse público sobre o particular, para o qual a prevalência dos interesses da coletividade sobre os interesses dos particulares é pressuposto lógico de qualquer ordem social estável;

CONSIDERANDO que o poder de polícia destina-se a assegurar o bem-estar geral, impedindo, através de ordens, proibições e apreensões, o exercício antissocial dos direitos individuais, o uso abusivo da propriedade ou a prática de atividades prejudiciais à coletividade;

CONSIDERANDO que a Organização Mundial de Saúde – OMS declarou situação de pandemia pelo novo coronavírus (Covid-19); o Ministério da Saúde, através da *Portaria nº 188/2020/GM/MS*, declarou Emergência em Saúde

Pública de Importância Nacional – ESPII em decorrência da Infecção Humana pelo novo coronavírus (Covid-19), e através da *Portaria nº 454/2020/GM/MS*, declarou estado de transmissão comunitária do novo coronavírus (Covid-19); o Estado de Mato Grosso do Sul, através do *Decreto nº 15.396/2020*, declarou situação de emergência em razão da pandemia pelo novo coronavírus (Covid-19); o Município de Corumbá/MS, através do *Decreto nº 2.268, de 21 de março de 2020*, reconheceu situação de emergência no Município de Corumbá, em decorrência da pandemia do novo coronavírus (Covid-19); e o Município de Ladário/MS, através do *Decreto nº 5.117, de 20 de março de 2020*, decretou situação de emergência para fins de prevenção e enfrentamento ao novo coronavírus (Covid-19);

CONSIDERANDO que o Município de Corumbá/MS, no *artigo 1º, do Decreto nº 2.271, de 23 de março de 2020*, que alterou o *caput* do artigo 2º do Decreto nº 2.267, que deu nova redação ao Decreto nº 2.263, suspendeu os eventos de qualquer natureza que implique em aglomeração de pessoas enquanto perdurarem as regras previstas pelos órgãos de saúde no combate a pandemia do COVID-19;

CONSIDERANDO que o Município de Corumbá/MS, nos termos do *artigo 2º, § 1º, do Decreto nº 2.263/2020, de 16 de março de 2020*, vedou as concessões de licenças ou alvarás para realização de eventos privados a partir de 18 de março de 2020 e determinou que os órgãos licenciadores municipais deverão suspender as licenças já concedidas, para eventos programados para ocorrerem a partir da data supracitada;

CONSIDERANDO no Município de Corumbá/MS, consoante o *artigo 1º, do Decreto nº 2.271, de 23 de março de 2020*, que alterou o § 3º do artigo 2º do Decreto nº 2.267, a vedação para realizar os eventos com aglomeração se estende para estabelecimentos privados, comerciais já licenciados, inclusive missas e cultos religiosos, academias de ginásticas e demais práticas esportivas, museus, bibliotecas e centros culturais, os quais ficam impedidos de fazê-los;

CONSIDERANDO no Município de Corumbá/MS, nos termos do *artigo 1º, caput, do Decreto nº 2.272, de 23 de março de 2020*, instituído toque de recolher a partir do dia 22 de março de 2020, das 20h00min até 04h00min no perímetro urbano, enquanto perdurar o risco de contágio da COVID -19;

CONSIDERANDO que o Município de Ladário/MS, no *artigo 6º, inciso I, do Decreto nº 5.117, de 20 de março de 2020*, suspendeu todo e qualquer evento privado que implique em aglomeração de pessoas;

CONSIDERANDO que o Município de Ladário/MS, nos termos do *artigo 2º, § 1º, do Decreto nº 5.113/2020, de 17 de março de 2020*, vedou as concessões de licenças ou alvarás para realização de eventos privados a partir de 18 de março de 2020 e determinou que os órgãos licenciadores municipais suspendam as licenças já concedidas, para eventos programados para ocorrerem a partir da data supracitada;

CONSIDERANDO no Município de Ladário/MS, consoante o *artigo 2º, § 3º, do Decreto nº 5.113/2020, de 17 de março de 2020*, a vedação para realizar os eventos com aglomeração se estende para estabelecimentos privados, comerciais já licenciados, inclusive missas e cultos religiosos, academias de ginásticas e demais práticas esportivas, museus, bibliotecas e centros culturais, os quais ficam impedidos de fazê-los, sob pena de cassação do alvará e licença de funcionamento;

CONSIDERANDO no Município de Ladário/MS, nos termos do *artigo 1º, caput, do Decreto nº 5.118, de 21 de março de 2020*, instituído toque de recolher a partir do dia 22 de março de 2020, das 21h00min até 05h00min no perímetro urbano;

CONSIDERANDO que a Polícia Civil de Mato Grosso do Sul, nos termos da *PORTARIA/DGPC/SEJUSP/MS nº 158, de 17 de março de 2020*, todas as licenças e alvarás para atividades de jogos, diversões e eventos com aglomeração de pessoas estão suspensas, observadas as regras municipais transitórias;

CONSIDERANDO que aquele que fizer funcionar estabelecimento potencialmente poluidor, sem licença ou autorização dos órgãos ambientais competentes, ou contrariando as normas legais e regulamentares pertinentes, incorre nas penas do artigo 60 da Lei nº 9.605/1998, que são de detenção, de um a seis meses, ou multa, ou ambas as penas cumulativamente;

CONSIDERANDO que aquele que não cumprir as determinações do poder público com a finalidade de impedir o surgimento ou a propagação de doença contagiosa, pode incorrer na prática do crime de infração de medida sanitária preventiva previsto no artigo 268 do Código Penal, com pena de detenção, de um mês a um ano, e multa;

Resolve, em defesa da cidadania, da saúde pública e do meio ambiente, RECOMENDAR, com objetivo de evitar eventuais demandas judiciais cíveis e criminais:

Aos proprietários/responsáveis pelos estabelecimentos Smoke Tabacaria Lounge e Bar¹ (Rua Dom Aquino, nº 2535 ou 2555, Bairro Dom Bosco, no Município de Corumbá/MS), Casa de Shows Samba Dy Patrão² (Rua Colombo, nº 1430, entre as Ruas XV de Novembro e Sete de Setembro, Centro, no Município de Corumbá/MS), Tabacaria 33 Hookah Lounge e Bar³ (Rua Dom Aquino, S/N, entre as Ruas Frei Mariano e Antônio Maria, Centro, no Município de Corumbá/MS), Quadra da Escola de Samba “A Pesada”⁴ (Ladeira Cunha e Cruz, entre a Rua Delamare e a Avenida General Rondon, próximo a igreja matriz e ao Porto Geral de Corumbá/MS, no Município de Corumbá/MS) e Casa de Shows Pagodan⁵ (Rua Riachuelo, nº 268, Centro, no Município de Ladário/MS) que, **IMEDIATAMENTE**:

a) Abstenham-se de realizar evento de qualquer natureza (público ou privado / com a venda de ingresso ou gratuito) que implique em aglomeração de pessoas (não importando a quantidade) enquanto perdurarem as regras previstas pelos órgãos de saúde no combate a pandemia do COVID-19, em cumprimento dos Decretos Municipais, sob pena de incorrer no crime do artigo 268 do Código Penal; e

b) Abstenham-se de realizar evento de qualquer natureza (público ou privado / com a venda de ingresso ou gratuito) sem que o estabelecimento possua concomitantemente Alvará de Funcionamento, Licença Sanitária, Certificado de Vistoria do Corpo de Bombeiros, Alvará da Polícia Civil e Licença Ambiental, sob pena de incorrer no crime do artigo 60 da Lei dos Crimes Ambientais.

A presente RECOMENDAÇÃO não exclui a irrestrita necessidade de plena observância de todas as normas constitucionais e infraconstitucionais em vigor.

Adverte-se aos destinatários que o não atendimento desta recomendação poderá ensejar medidas judiciais na seara cível, criminal e administrativa, nos termos supra fundamentados.

O Ministério Público de Mato Grosso do Sul deverá ser comunicado (através do e-mail 2pjcorumba@mpms.mp.br), no prazo de 72 (setenta e duas) horas a partir do recebimento da presente, quanto ao acatamento ou não da RECOMENDAÇÃO, sob pena de serem adotadas as medidas cabíveis em desfavor do responsável.

Diante da urgência que o caso requer, aliado a instituição do regime diferenciado de atendimento de urgência (Resolução nº 7/2020-PGL), a presente recomendação será encaminhada através dos canais digitais disponíveis (e-mail e WhatsApp), suficientes ao conhecimento de seu teor e adoção das providências cabíveis.

Remeta-se cópia desta Recomendação para publicação no Diário Oficial do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul (DOMP).

Junte-se cópia desta Recomendação nas Notícias de Fato nº 01.2019.00007241-4, 01.2019.00012111-0, 01.2020.00000458-1, 01.2020.00000686-8 e 01.2020.00002287-9.

Corumbá/MS, 03 de abril de 2020.

ANA RACHEL BORGES DE FIGUEIREDO NINA
Promotora de Justiça

¹ BRUNA STHEFANY VILALVA MELLO, Rua Dom Aquino, nº 2535 ou 2555, Bairro Dom Bosco, no Município de Corumbá/MS, telefones: (67) 98413-4487/90413-2622 (Yuri), e-mail: yuri-cabral@hotmail.com.

² JOILSON FERREIRA, residente e domiciliado na Rua Vital Gonçalves Migueis, nº 21, Quadra 1, Bairro Nova Corumbá, no município de Corumbá/MS, telefone: (67) 98102-9080, 99204-4272 (Paulo Rogério Fernandes Pereira-ME);

³ MIGUEL BRANDÃO MONGENOT, Rua Dom Aquino Corrêa, nº 940, Centro, Município de Corumbá/MS, telefone: (67) 99956-8996 e RAPHAEL RIBEIRA DE OLIVEIRA, Rua Porto Carreiro, nº 1222, Bairro Aeroporto, Município de Corumbá/MS, telefone: (67) 99976-3856, e-mail: raphaelribeira19@hotmail.com.

⁴ RICARDO, telefone: (67) 99875-6525;

⁵ DANIEL BENZI, domiciliado na Rua Couto Magalhães, nº 234, Centro, Ladário/MS, telefones: (67) 99986-2704;

DOURADOS

NOTÍCIA DE FATO N. 01.2020.00002779-6

Requerente: Comitê de Defesa Popular de Dourados

Requerido: Município de Dourados/MS

Objeto: Registrar requerimento de providências para combate à pandemia COVID-19 (coronavírus).

RECOMENDAÇÃO n. 0001/2020/11PJ/DOS

O Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, por seu 11º Promotor de Justiça da Comarca de Dourados, Estado de Mato Grosso do Sul, no uso das atribuições conferidas pelo artigo 29, inciso IV, da Lei Complementar Estadual nº 72, de 18 de janeiro de 1994, e pelo artigo 44 da Resolução 15/2007/PGJ de 27 de novembro de 2007;

CONSIDERANDO que a Resolução 015/2007/PGJ dispõe em seu artigo 5º que *“a recomendação é instrumento destinado à orientação de órgãos públicos ou privados, para que sejam cumpridas normas relativas a direitos e deveres assegurados ou decorrentes das Constituições Federal e Estadual e serviços de relevância pública e social”*;

CONSIDERANDO que, o art. 44 da referida norma ainda estabelece que *“O órgão de execução, nos autos do inquérito civil ou do procedimento preparatório poderá expedir recomendações devidamente fundamentadas, visando à melhoria dos serviços públicos e de relevância pública, bem como aos demais interesses, direitos e bens cuja defesa lhe caiba promover”*;

CONSIDERANDO que o Ministério Público é *“instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis”* (Constituição Federal, artigo 127, *caput*), sendo-lhe dada legitimação ativa para a defesa judicial e extrajudicial dos direitos difusos nos termos do artigo 129, inciso III da Constituição Federal c/c. artigo 81, parágrafo único, incisos I a III, da Lei n. 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor);

CONSIDERANDO, neste sentido, a necessidade de proteção ao direito à saúde (direito humano de segunda geração), que além de qualificar-se como direito fundamental que assiste a todas as pessoas, representa consequência constitucional indissociável do direito à vida, cujo dever de assegura-la foi conferido à Administração Pública, conforme previsão dos artigos 23, inciso II, 24, inciso XII e 30, inciso VII, 196 e 197, todos da Constituição Federal;

CONSIDERANDO que, na forma do artigo 7º, VII, da Lei 8.080/1990, as ações e serviços públicos de saúde devem obedecer, entre outros princípios, a utilização da epidemiologia para o estabelecimento de prioridades, a alocação de recursos e a Orientação programática;

CONSIDERANDO o quadro de Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional (ESPII), conforme declaração da Organização Mundial de Saúde (OMS), que considerou o novo coronavírus uma epidemia, emitida em 30 de janeiro de 2020, e a caracterização da propagação do vírus como pandemia, em razão de sua amplitude mundial, conforme publicação em 11 de março de 2020;

CONSIDERANDO que o Ministério da Saúde, através da Portaria nº 188/GM/MS, de 03 de fevereiro de 2020, declarou Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional – ESPII em decorrência da Infecção Humana pelo novo coronavírus (Covid-19);

CONSIDERANDO a publicação da Lei Federal nº 13.979/2020, que prevê medidas que poderão ser adotadas pelo Brasil para o enfrentamento da emergência de saúde pública de abrangência internacional decorrente do novo coronavírus;

CONSIDERANDO que, por meio da Portaria nº 454/GM/MS, de 20 de março de 2020, o Ministério da Saúde declarou, em todo o território nacional, o estado de transmissão comunitária do novo coronavírus (Covid-19);

CONSIDERANDO que o Estado de Mato Grosso do Sul em, 20 de março de 2020, através do Decreto nº 15.396, declarou, no âmbito do Estado de Mato Grosso do Sul, situação de emergência em razão da pandemia por Doenças Infecciosas Virais - novo coronavírus (Covid-19);

CONSIDERANDO que o Município de Dourados/MS, em 20 de março de 2020, através do Decreto nº 2.477, declarou situação de emergência neste município, em decorrência da pandemia do novo coronavírus (Covid19);

CONSIDERANDO que todas as medidas de controle e prevenção disciplinadas pelo Poder Público possuem o objetivo de desacelerar a propagação do novo coronavírus e garantir que a rede de saúde local não entre em colapso, de modo a atender da melhor maneira os indivíduos que venham a dela necessitar;

CONSIDERANDO que ciente da necessidade de colaborar com o combate à pandemia, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) editou a Resolução nº 313/2020, cujo o disposto no art. 9º fomenta a utilização de recursos oriundos de sanções alternativas, transações penais e suspensões processuais para o combate ao novo coronavírus;

CONSIDERANDO, neste mesmo sentido, a Recomendação Conjunta PRESI-CN nº 1, de 20 de março de 2020, do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), que dispõe acerca da priorização de reversão de recursos decorrentes da atuação finalística do Ministério Público brasileiro para o enfrentamento da epidemia do novo coronavírus;

CONSIDERANDO a publicação da RECOMENDAÇÃO CONJUNTA Nº 2/2020-PGJ-CGMP, DE 27 DE MARÇO DE 2020, do Ministério Público de Mato Grosso do Sul, a qual orienta quanto à reversão de recursos decorrentes da atuação finalística judicial e extrajudicial dos Promotores de Justiça do Estado para ações de enfrentamento à pandemia do novo coronavírus (COVID-19);

CONSIDERANDO que, nestes termos, a Procuradoria Geral de Justiça e a Corregedoria Geral do MPMS recomendam:

Art. 1º Que os membros do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul (MPMS), no âmbito de suas atribuições institucionais, respeitada a independência funcional:

a) determinem a reversão de recursos decorrentes de sua atuação finalística judicial e extrajudicial para ações de enfrentamento à pandemia do novo coronavírus (COVID-19);

b) articulem a destinação de recursos dos Fundos de Direitos Difusos (FUNLES, Fundos da Infância, dos Idosos e outros similares) para ações de enfrentamento à pandemia da doença COVID-19, acompanhando as transferências;

[...]

CONSIDERANDO, neste sentido, que, no que tange às atribuições desta 11ª Promotoria de Justiça, cumpre a fiscalização do Fundo Municipal do Meio Ambiente de Dourados, instituído por meio da Lei Complementar Municipal 055/2002, cuja gestão, nos termos do art. 62:

Artigo 62 - A gestão do FMMA será realizada por um Conselho formado por 5 (cinco) representantes dos órgãos integrantes do Sistema Municipal de Meio Ambiente que terá como finalidade a aplicação dos recursos e prestação de contas.

CONSIDERANDO que a atual situação fática requer a ação coordenada, conjunta e concatenada do Ministério Público, da Administração Pública Municipal e do Conselho Municipal do Meio Ambiente, a fim de construir meios adequados para o incremento da eficiência, bem como para implementar medidas que vão ao encontro dos referenciais técnicos expedidos pelas autoridades sanitárias no combate à pandemia;

CONSIDERANDO que, no bojo do procedimento em epígrafe o Comitê de Defesa Popular de Dourados, postulou pela adoção de medidas que garantam adequadas condições de trabalho aos profissionais da saúde, bem como ampliação de leitos de enfermarias e UTI's, entre outros, o que envolve consideráveis recursos financeiros;

CONSIDERANDO que, nos termos do ofício 382/2020/GAB/SEMS, a necessidade de ajuda financeira para aquisição de insumos e materiais necessários ao combate à pandemia do novo coronavírus em Dourados já é uma realidade;

CONSIDERANDO que o estado alarmante de pandemia atingido pelo novo coronavírus (Covid-19) não pode ser desconsiderado por qualquer do povo, ainda mais por aqueles detentores de responsabilidade social e poder de formação de opinião, pelo contato com grande número de pessoas e credibilidade social;

CONSIDERANDO que, diante do exposto, impõe-se a esta Promotoria de Justiça recomendar medidas administrativas a serem deflagradas pela Gestão Municipal e Conselho Municipal do Meio Ambiente em resposta à situação de risco à saúde pública;

RESOLVE, em defesa da sociedade e da saúde pública, com objetivo de auxiliar na angariação de recursos financeiros para o combate à pandemia, evitando eventuais demandas judiciais para a responsabilização das autoridades competentes, RECOMENDAR ao MUNICÍPIO DE DOURADOS, por meio de sua Prefeita Municipal, e ao CONSELHO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE, por meio de seu Presidente, que articulem a destinação de recursos do Fundo Municipal do Meio Ambiente de Dourados/MS, para ações de enfrentamento à pandemia da doença COVID-19, destinando valores para subsidiar a execução de projetos (previamente aprovados pelo Conselho) ou visando a aquisição de insumos e equipamentos de proteção individual para os profissionais de saúde, dentre outras medidas necessárias à eficiência de combate, com fundamento na excepcional situação de Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional (ESPII).

Ficam ressalvadas da destinação recomendada acima, as verbas que atualmente já estejam empenhadas na execução de projetos em andamento.

A presente RECOMENDAÇÃO não exclui a irrestrita necessidade de plena observância de todas as normas constitucionais e infraconstitucionais em vigor.

O Ministério Público Estadual deverá ser comunicado (através do e-mail 11pjdourados@mpms.mp.br), no prazo de 05 (cinco) dias úteis a partir do recebimento da presente, se as autoridades acolherão ou não a RECOMENDAÇÃO, com o encaminhamento de documentos hábeis a comprovar a efetivação das medidas, caso positiva a resposta, sob pena de, não adotando as providências, serem adotadas as medidas cabíveis em desfavor dos responsáveis.

Por fim, ressalte-se que diante da urgência que o caso requer, aliado a situação enfrentada, a presente recomendação será encaminhada através dos canais digitais disponíveis (e-mail e whatsapp), suficientes ao conhecimento de seu teor e adoção das providências cabíveis.

Encaminhem-se cópias desta Recomendação para publicação no DOMP/MS.

Por fim, em atenção ao disposto no parágrafo único do artigo 45 da Resolução n. 15/2007/PJG, determino ao Executivo Municipal a divulgação adequada e imediata desta Recomendação no Diário Oficial do Município.

Dourados, 03 de abril de 2020.

AMÍLCAR ARAÚJO CARNEIRO JÚNIOR
Promotor de Justiça

COMARCAS DE SEGUNDA ENTRÂNCIA

COXIM

EDITAL Nº 0022/2020/02PJ/CXM

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Coxim/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil abaixo descrito, que está à disposição de quem possa interessar na Avenida Márcio Lima Nantes nº 105, Vila São Salvador, na cidade de Coxim-MS. Os autos do referido procedimento podem ser integralmente acessados via internet, no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Inquérito Civil nº 06.2020.00000401-5

Requerente: Ministério Público Estadual.

Requerido: Cláudio Trivelato.

Assunto: Apurar a regularidade jurídico-ambiental de desmatamento de 11,35 hectares, de vegetação nativa, na propriedade rural "Fazenda Primavera", no município de Alcinópolis/MS, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Auto de Infração nº 1402 da Polícia Militar Ambiental.

Coxim/MS, 01 de abril de 2020

DANIELLA COSTA DA SILVA

Promotora de Justiça

MIRANDA

EDITAL Nº 008/2020

A 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Miranda/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil nº 06.2020.00000446-0, cujos autos podem ser integralmente acessados via internet, no endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/mpms/procedimento>.

Inquérito Civil 06.2020.00000446-0.

Requerente: Ministério Público Estadual.

Investigado: Fernando Eduardo Areco Dias.

Assunto: apurar suposta violação aos princípios administrativos, em tese, pelo vereador Fernando Eduardo Areco Dias, pela utilização de veículo oficial da Câmara Municipal de Bodoquena para fins particulares.

Miranda/MS, 06/04/2020.

TALITA ZOCCOLARO PAPA MURITIBA

Promotora de Justiça

NOVA ANDRADINA

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 09.2020.00001381-4.**RECOMENDAÇÃO**

O Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, por seu Promotor de Justiça, no uso de suas atribuições, no bojo do Procedimento Administrativo nº 09.2020.0001381-4, instaurado no âmbito da 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Nova Andradina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 129, III, da Constituição Federal, artigo 132, III, da Constituição Estadual, bem como diante das disposições contidas na Lei nº 7.347/85 e na Lei nº 8069/90, cumprindo o disposto no artigo 26, inciso VI, da Lei Federal nº 8625/93 e artigo 27, IVm, "a", da Lei Complementar nº 072/94, e

CONSIDERANDO que a Constituição Federal incumbiu o Ministério Público da defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis (art. 127), cabendo-lhe zelar pelo efetivo respeito aos direitos e garantias legais assegurados às crianças e adolescentes, promovendo as medidas judiciais e extrajudiciais cabíveis, nos termos dos artigos 129, II, da Constituição Federal e art. 201, VIII e §5º, do ECA;

CONSIDERANDO que a Constituição Federal estabelece, em seu art.196, que “a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação”;

CONSIDERANDO que a Lei Federal nº 8.069/90 (ECA), no art. 4º, dispõe ser “dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do Poder Público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, ao respeito, à liberdade e a convivência familiar e comunitária”, em consonância com o disposto no art. 227 da Carta Magna;

CONSIDERANDO que “nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais” (art. 5º do ECA);

CONSIDERANDO que o estatuto determina, no seu art. 11, *caput*, que o Sistema Único de Saúde – SUS – assegurará o atendimento médico à criança e ao adolescente, por intermédio do Sistema Único de Saúde, garantindo acesso universal e igualitário às ações e serviços para a promoção, proteção e recuperação da saúde;

CONSIDERANDO que, nos termos do art. 90, do Estatuto da Criança e do Adolescente, as entidades responsáveis pela execução da política de atendimento dos direitos da criança e do adolescente são responsáveis pela manutenção das próprias unidades, assim como pelo planejamento e execução de programas de proteção socioeducativos, em regime de: “I - orientação e apoio sócio-familiar; II - apoio sócio-educativo em meio aberto; III - colocação familiar; IV - acolhimento institucional; V - prestação de serviços à comunidade; VI - liberdade assistida; VII - semiliberdade; VIII - internação”.

CONSIDERANDO que as entidades que desenvolvem programas de internação têm, dentre seus deveres, a obrigação de observar os direitos e garantias de que são titulares os acolhidos, de oferecer-lhes instalações em condições adequadas de habitabilidade, higiene, salubridade, segurança e os objetos necessários à higiene pessoal, de oferecer cuidados médicos, psicológicos, odontológicos e farmacêuticos aos acolhidos, e de comunicar às autoridades competentes todos os casos de acolhidos portadores de moléstias infectocontagiosas, conforme art. 94, incisos I, VII, IX e XVI, da Lei nº 8.060/90, havendo sanções fixadas em lei para a hipótese de descumprimento das obrigações (art. 97 do ECA);

CONSIDERANDO que, nos termos do art. 94, § 1º, da Lei nº 8.069/90, as obrigações referidas anteriormente também se aplicam às entidades que mantêm programas de acolhimento institucional e familiar;

CONSIDERANDO que a Organização Mundial de Saúde – OMS, em 30 de janeiro de 2020, declarou Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional – ESPII, dado o grau de avanço dos casos de contaminação pelo coronavírus, classificando-o, na última quarta-feira (11/03/2020), como uma “pandemia”, cobrando ações dos governos compatíveis com a gravidade da situação a ser enfrentada;

CONSIDERANDO o disposto na Lei Federal nº 13.979, de 06/02/2020, sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus;

CONSIDERANDO a declaração emitida pelo Secretário de Vigilância em Saúde do Ministério da Saúde, Wanderson Oliveira, no dia 13/03/2020, durante coletiva de imprensa, recomendando o cancelamento ou adiamento de eventos em locais fechados com mais de 100 (cem) pessoas, além da adoção de medidas de higienização dos espaços destinados a circulação do público e disponibilização de álcool gel na concentração de 70%, dentre outras ações que reduzam o risco de contágio do coronavírus (disponível no site do Ministério da Saúde em www.youtube.com/channel/8Mk03KEkVEY);

CONSIDERANDO que a transmissão do coronavírus em humanos ocorre de pessoa a pessoa, principalmente pelas gotículas respiratórias, tosse e espirros, assim como pelo contato com as mãos contaminadas com secreções

respiratórias que contenham vírus, sendo as medidas de prevenção, notadamente a de regular higienização de espaços e das mãos, incluindo a disponibilização de álcool gel 70%, constantemente ressaltadas pelas autoridades sanitárias municipais, estadual e federal, bem como pela Sociedade Brasileira de Infectologia, como ações eficazes para reduzir a capacidade de contágio do coronavírus;

CONSIDERANDO que todas as informações técnicas divulgadas pelos órgãos de saúde apontam para a importância da prevenção nos estágios iniciais do contágio, como forma de controlar a velocidade de propagação do vírus, a medida mais efetiva para proteger os cidadãos e para obstar o colapso do sistema de saúde;

CONSIDERANDO que ao Ministério Público é conferido, pelo artigo 129, inciso III, da Constituição Federal, o dever de atuar com o objetivo primaz de acautelar interesses sociais e difusos;

CONSIDERANDO que, no Brasil, estão sendo diariamente anunciadas situações de óbito em decorrência da doença, havendo atualmente centenas de casos confirmados. Tal incremento na quantidade de casos vem preocupado os especialistas e a população em geral, uma vez que, além do elevado número absoluto de casos fora do hemisfério norte, o Brasil tem apresentado um crescimento vertiginoso no número de pessoas infectadas, fazendo pressupor que a situação está prestes a fugir ao controle das autoridades;

CONSIDERANDO que, nesse sentido, o Ministério da Saúde e as autoridades públicas estaduais já afirmaram o início da transmissão comunitária, o que significa que não será mais possível detectar de quem o vírus foi contraído, tornando ainda mais difícil o controle da transmissão da COVID-19. E, pelos dados oficiais divulgados, este momento parece cada vez mais próximo, havendo mais de 6.836 casos confirmados em todo o país, número esse que pode ser subdimensionado, considerando o fato de que, em muitos casos, o vírus não se manifesta de modo evidente como nas pessoas infectadas.

CONSIDERANDO que a relevância na adoção de medidas preventivas antes que o vírus se alastre é demonstrada de forma incontestável por gráficos, que revelam que o contágio se expande em progressão geométrica, como aliás confirma o incremento de pessoas contaminadas no Estado de Mato Grosso do Sul, que aumentou 50% de um dia para o outro (16/03/20 – 17/03/20);

CONSIDERANDO que a justificativa técnica e a decisão fundamentada no interesse público se fazem ainda mais necessárias quando é notório e sabido o *déficit* de médicos no SUS e que o número de leitos – geral e os de UTI – no Estado de Mato Grosso do Sul (cerca de 14 leitos em Nova Andradina e constante ausência de vagas nas outras cidades do interior do Estado) são insuficientes para o dia a dia da população, de modo que não suportariam a demanda de um contágio explosivo da COVID-19, mesmo considerando eventual incremento com aporte de custeio pelo Governo Federal.;

CONSIDERANDO que, demais disso, o Estado vive uma epidemia de dengue. Segundo o último boletim epidemiológico divulgado na quarta-feira, 18 pessoas já morrem no Estado por conta desta doença e 29.793 pessoas foram notificadas com dengue;

CONSIDERANDO a Nota Técnica Conjunta nº 1/2020 – CES/CNMP/1ª CCR, de 26 de fevereiro de 2020, relacionada à atuação dos membros do Ministério Público brasileiro em face da decretação de Emergência de Saúde Pública de Importância Nacional para o coronavírus (COVID-19);

Recomenda aos dirigentes da entidade de acolhimento institucional de crianças e adolescentes do Município de Nova Andradina, Lar Alternativo São José e Comunidade Católica Betel, sem prejuízo de outras medidas urgentes e necessárias ao cumprimento das determinações constantes da “NOTA PÚBLICA” do Ministério da Cidadania, que trata das “Medidas de Prevenção ao Coronavírus nas Unidades de Acolhimento Institucional” - as seguintes providências, imediatamente:

1 - EM RELAÇÃO AOS PARENTES OU PADRINHOS DOS ACOLHIDOS:

a) Que, tendo em vista a gravidade da disseminação do Coronavírus, sejam temporariamente SUSPENSAS as visitas por pais, parentes e/ou padrinhos aos acolhidos;

b) Que, na hipótese de resistência dos pais, parentes e/ou padrinhos ao cumprimento das medidas de cuidado e prevenção indicadas anteriormente, e, em sendo identificado pela equipe da entidade situação de risco decorrente da

permanência da visita, que o fato seja imediatamente comunicado ao Juízo da Infância e Juventude, solicitando-se a imposição judicial de restrição de visita, em atenção ao disposto no art.92, §4º, do Estatuto da Criança e do Adolescente;

c) Que sejam estimuladas outras formas de contato das crianças e adolescentes acolhidos com seus familiares e pessoas da comunidade com quem mantêm vínculos de afinidade e afetividade, notadamente pelos meios não físicos (contato telefônico, eletrônico e redes sociais), a fim de se minimizar a sensação de isolamento na atual fase;

2 - EM RELAÇÃO AO CONVÍVIO SOCIAL E AGLOMERAÇÕES:

a) Que se abstenham de realizar ou promover atividades que resultem na aglomeração dos acolhidos, familiares e/ou pessoas da comunidade nas unidades de atendimento como festas, mostras de arte, teatro, passeios e outros, com o fim de resguardar a saúde coletiva;

b) Que façam um escalonamento dos horários de refeições, diminuindo-se ao máximo a aglomeração de acolhidos nos refeitórios, sem prejuízo de outras iniciativas consideradas pertinentes;

c) Que suspendam as visitas de pessoas estranhas ao serviço (estudantes, colaboradores eventuais, entre outros);

3 – EM RELAÇÃO ÀS CRIANÇAS, AOS ADOLESCENTES E AOS FUNCIONÁRIOS:

3.1 Que orientem seus acolhidos, usuários e funcionários acerca de medidas básicas de saúde e higiene como:

a) lavar frequentemente as mãos por pelo menos 20 segundos, especialmente após contato direto com outras pessoas ou com o meio ambiente e antes de se alimentar;

b) se não tiver água e sabão, usar álcool em gel 70%, caso as mãos não tenham sujeira visível;

c) usar lenço descartável para higiene nasal;

d) cobrir nariz e boca ao espirrar ou tossir;

e) evitar tocar nas mucosas dos olhos;

f) higienizar as mãos após tossir ou espirrar;

g) não compartilhar objetos de uso pessoal como talheres, pratos, copos ou garrafas, canudos, toalhas, talheres, alimentos, maquiagem e protetores labiais, canetas, lapiseiras, borrachas, brinquedos, celulares, etc;

h) não colocar os lábios no bico ejetor de água dos bebedouros;

3.2 Que encaminhem para atendimento médico o acolhido ou funcionário com sintomas agravadas de coriza, tosse, dor de garganta, febre e dificuldade respiratória, devendo ser respeitadas as orientações do profissional de saúde, notadamente quanto à necessidade de isolamento da criança ou adolescente acolhido em ambiente apropriado, em condições de segurança para si e para os demais usuários do serviço, comunicando, de imediato, familiares, autoridade judiciária e Ministério Público Estadual;

3.3 Que os diagnósticos de acolhidos portadores de moléstias infectocontagiosas sejam imediatamente comunicados às autoridades competentes;

4 – EM RELAÇÃO AO AMBIENTE:

a) Que intensifiquem a higienização dos ambientes de uso comum, incluindo maçanetas, torneiras, portas, papel toalha, assim como brinquedos, computadores, objetos de uso coletivo;

b) Que realizem a desinfecção das mesas e cadeiras, friccionando com pano seco e limpo embebido com álcool 70% por 20 segundos, ao final do período e/ou a cada troca de turmas;

c) Que intensifiquem cuidados com o uso do álcool, especialmente em ambientes com acesso de crianças e adolescentes, pelo risco de ingestão acidental e de queimaduras devido à característica inflamável do produto;

d) Que orientem constantemente a equipe de apoio para a intensificação da limpeza dos diferentes materiais e brinquedos utilizados e de uso comum na entidade;

e) Que efetivem limpeza dos equipamentos de ventilação e/ou ar condicionado: Mantendo limpos os componentes do sistema de climatização (bandejas, serpentinas, umidificadores, ventiladores e dutos) de forma a evitar a difusão ou multiplicação de agentes nocivos à saúde humana e manter a qualidade interna do ar;

f) Que realizem desinfecção de bebedouros com álcool 70% frequentemente, disponibilizando copos descartáveis ou copo/garrafa plástica para uso individual.

O Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul deverá ser comunicado, por estrito (através do e-mail 2pjinovaandradina@mpms.mp.br), no prazo máximo de 48 (quarenta e oito horas), a partir do recebimento, se a presente recomendação será acatada, sendo que a inércia ensejará a adoção de providências nas esferas cível, penal e administrativa em desfavor dos responsáveis.

Outrossim, com fulcro no artigo 27, parágrafo único, inciso IV, da Lei nº 8.625/93 (Lei Orgânica Nacional do Ministério Público), requisita aos destinatários a divulgação de forma imediata e adequada desta Recomendação.

Ressalte-se que, diante da urgência que o caso requer, esta Recomendação será encaminhada através dos canais digitais disponíveis (*e-mail e whatsapp*), suficientes ao conhecimento de seu teor e adoção das providências cabíveis.

Encaminhe-se ao Lar Alternativo São José e à Comunidade Católica Bétel, Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, Vara da Infância e da Juventude, Secretaria Municipal de Assistência Social, Secretaria Municipal de Saúde e Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça da Infância e da Juventude.

Publique-se no Diário Oficial do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul (DOMP).

Nova Andradina/MS, 01 de abril de 2020

PAULO LEONARDO DE FARIA

Promotor de Justiça

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 09.2020.00001381-4.

RECOMENDAÇÃO

O Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, por seu representante adiante assinado, no uso de suas atribuições, com fulcro nos art. 5º, XXXII, art. 170, V todos da Constituição Federal, bem como arts. 6º, I, IV, V e VII e art. 39, II, V e X ambos do Código de Defesa do Consumidor, que lhe conferem a função institucional de zelar pelos serviços de relevância pública e a defesa do consumidor, bem como promover o inquérito civil para proteção de interesses difusos e coletivos, podendo, para tanto, expedir recomendações visando garantir os direitos fundamentais;

CONSIDERANDO que a Organização Mundial de Saúde – OMS classificou como pandemia a contaminação pelo Novo Coronavírus (COVID-19), com risco potencial de a doença infecciosa atingir a população de forma ampla;

CONSIDERANDO que o Ministério da Saúde, em 03 de fevereiro de 2020, por meio da Portaria GM/MS nº 188/2004, nos termos do Decreto nº 7.616/2011, declarou “emergência em saúde pública de importância nacional”, em decorrência da infecção humana pelo COVID-19, revelando que a situação atual demanda o emprego urgente de medidas de proteção, controle e contenção de riscos, danos e agravos à saúde pública;

CONSIDERANDO que a Constituição Federal estabelece no art. 5º, inciso XXXII, que o Estado promoverá, na forma da lei, a defesa do consumidor, tendo determinado, no art. 48, do Ato das Disposições Transitórias (ADCT), a elaboração do Código de Defesa do Consumidor, no prazo de 120 (cento e vinte) dias da promulgação da Constituição Federal;

CONSIDERANDO que a Constituição Federal, em seu art. 170, inciso V, igualmente estabelece, no capítulo dos princípios gerais da atividade econômica, que a ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem, por fim, assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observando, dentre eles a defesa do consumidor;

CONSIDERANDO que a Lei Federal nº 8.078/90, que instituiu o Código de Proteção e Defesa do Consumidor, estabeleceu as normas de ordem pública e interesse social em atenção ao supracitado dispositivo constitucional;

CONSIDERANDO que compete ao Ministério Público, por intermédio das Promotorias de Justiça de Defesa do Consumidor, auxiliar na execução da Política Nacional das Relações de Consumo, conforme disposto no artigo 5º, inciso II, do Código de Defesa do Consumidor;

CONSIDERANDO que o Código de Defesa do Consumidor, em seu art. 4º, estabelece a Política Nacional das Relações de Consumo, tendo por objetivo o atendimento das necessidades dos consumidores, o respeito à sua dignidade, saúde e segurança, a proteção de seus interesses econômicos, a melhoria da sua qualidade de vida, bem como a transparência e harmonia das relações de consumo, atendidos princípios como o do reconhecimento da vulnerabilidade

do consumidor no mercado de consumo, ação governamental no sentido de efetivamente proteger o consumidor e harmonização dos interesses dos participantes das relações de consumo e compatibilização da proteção do consumidor com a necessidade de desenvolvimento econômico e tecnológico, de modo a viabilizar os princípios nos quais se funda a ordem econômica, sempre com base na boa-fé e equilíbrio nas relações entre consumidores e fornecedores;

CONSIDERANDO que são direitos básicos do consumidor a proteção da vida, saúde e segurança (art. 6º, inciso I, do CDC), quanto à adequada e eficaz prestação dos serviços públicos em geral (art. 6º, inciso X, do CDC), considerando, ainda, que se o serviço não oferece a segurança que dele razoavelmente se espera, é considerado defeituoso, nos termos do artigo 14, parágrafos e incisos do CDC;

CONSIDERANDO que compete ao Ministério Público tomar as medidas necessárias para garantir a efetiva tutela dos direitos coletivos (sentido amplo) com a regular adoção das chamadas técnicas extraprocessuais de tutela coletiva e, sendo necessário, a dedução de pretensão em juízo;

CONSIDERANDO, ainda, em especial, que a Agência Nacional de Saúde Suplementar expediu a Recomendação Normativa nº 453, de 12 de março de 2020, para regulamentar a cobertura obrigatória e a utilização de testes diagnósticos para infecção pelo Novo Coronavírus;

CONSIDERANDO que o Código de Defesa do Consumidor, em seus artigos 39, incisos V e X e 51, IV, veda ao fornecedor elevar o preço de produtos ou serviços sem justa causa, bem como a celebração de cláusulas que estabeleçam obrigações que coloquem o consumidor em desvantagem exagerada, ou sejam incompatíveis com a boa-fé ou a equidade;

CONSIDERANDO que a Lei nº 12.529/2011, que disciplina o Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência, em seu artigo 36 dispõe que “constituem infração da ordem econômica, independentemente de culpa, os atos sob qualquer forma manifestados, que tenham por objeto ou possam produzir os seguintes efeitos, ainda que não sejam alcançados: - aumentar arbitrariamente os lucros”, sendo tal conduta inclusive tipificada como crime pela Lei nº 1.521/1951, em seu artigo 3º, inciso VI;

CONSIDERANDO que a Nota Técnica nº. 35/2019/CGEMM/DPDC/SENACon/MJ estabelece que a análise da abusividade de preços praticados deve ser feita casuisticamente, levando-se em consideração as planilhas de custo do produto do período anterior ao aumento, bem como eventuais choques de oferta e demanda e outros fatores concorrenciais;

CONSIDERANDO o ofício nº 002/2020 oriundo do Procon Municipal de Nova Andradina/MS dando conhecimento a este órgão ministerial de recomendação expedida ao comércio local com fundamento na Nota Técnica nº. 01/2020/Procon/NA;

CONSIDERANDO, por fim, os artigos 3º e 4º da Resolução nº 164 do Conselho Nacional do Ministério Público, os quais facultam ao Ministério Público expedir Recomendação Administrativa de ofício ou por provocação, nos autos de procedimento administrativo, objetivando o respeito e a efetividade dos direitos e interesses que lhe incumba defender, de maneira preventiva ou corretiva, a qualquer pessoa física ou jurídica, de direito público ou direito privado, que tenha condições de fazer ou deixar de fazer alguma coisa para salvaguardar interesses, direitos e bens de que é incumbido o Ministério Público;

CONSIDERANDO, que a Recomendação Administrativa é um importante instrumento de que dispõe o Ministério Público para ver respeitado o ordenamento jurídico sem que haja a necessidade da judicialização de eventuais conflitos, alertando seus destinatários sobre a existência de normas vigentes e da necessidade de seu estrito cumprimento, sob pena de responsabilização;

Objeto

O Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, no exercício das suas funções institucionais e por meio do Promotor de Justiça que a esta subscreve, com atribuições na tutela da defesa dos direitos do consumidor, expede a presente RECOMENDAÇÃO ADMINISTRATIVA aos comerciantes do Município de Nova Andradina, especialmente

às redes de farmácias, drogarias, supermercados e quaisquer outros fornecedores, que exponham à venda produtos voltados ao combate do novo Coronavírus (COVID-19) e para ciência aos Órgãos de Proteção/Fiscalização;

Recomendando que os Destinatários desta Recomendação, quais sejam os fornecedores, especialmente farmácias/drogarias, estabelecimentos de distribuição e de venda de artigos hospitalares, mercados e supermercados, em relação ao álcool em gel, máscaras cirúrgicas ou elásticas descartáveis, bem como insumos semelhantes, observem as Legislações supracitadas;

Recomendando que os fornecedores, especialmente farmácias/drogarias, estabelecimentos de distribuição e de venda de artigos hospitalares, mercados e supermercados, em relação ao álcool em gel, máscaras cirúrgicas ou elásticas descartáveis, bem como insumos semelhantes, que se abstenham de realizar aumento arbitrário de preços que imponham vantagem exagerada de produtos voltados à prevenção, proteção, profilaxia ou combate contra o novo coronavírus (COVID-19), e sem justa causa, tendo em vista o custo de aquisição, sob pena de responsabilização nos termos legais, inclusive criminal, com possível imposição do gravame pelo reconhecimento de situação calamidade pública;

Para que os Órgãos de Proteção/Fiscalização, quais sejam Procon Estadual e Municipal tenham ciência da presente e adotem os atos fiscalizatórios no intuito de inibir a prática da majoração abusiva, com atenção à análise casuística dos preços, em conformidade com o disposto na Nota Técnica nº 35/2019/CGEM/DPDC/SENACOM/MJ;

Assina-se o PRAZO IMEDIATO, a contar do conhecimento da presente recomendação, para que os destinatários adotem as providências recomendadas;

Assevera-se que o não cumprimento da presente RECOMENDAÇÃO, sem justificativas formais, levará ao ajuizamento das ações cíveis cabíveis, inclusive a responsabilização pela omissão, sem prejuízo da adoção de outras providências pertinentes, reputando-se que no silêncio presumirá o não acatamento dos termos do presente documento, devendo os destinatários desta recomendação comunicarem à esta Promotoria de Justiça a sua aceitação.

Diligências Acessórias:

Encaminhe-se a presente Recomendação Administrativa aos jornais locais, ao Jurídico do Executivo Municipal, ao Jurídico do Legislativo Municipal, ao Presidente da Associação Comercial e Empresarial de Nova Andradina/MS, ao Procon/MS e Procon/Nova Andradina, à Delegacia Regional de Polícia Civil de Nova Andradina e ao Comando do 8º Batalhão de Polícia Militar, para que os destinatários sejam devidamente cientificados de seu conteúdo.

As denúncias podem ser feitas através dos canais de atendimento disponibilizados à população, em especial no endereço eletrônico do Procon/MS (www.procon.ms.gov.br ou no endereço: rua 13 de junho, nº 930, ou no telefone: 151), no Procon/Nova Andradina (endereço: rua Walter Hubacher, 1.368, Centro, Nova Andradina ou telefone: 3441-4325), através da Ouvidoria do Ministério Público de Mato Grosso do Sul (website: <https://www.mpms.mp.br/> - cidadão/Ouvidoria/Cadastrar Manifestação ou através dos telefones 127 e 0800-647-1127).

No mesmo sentido, encaminhem-se cópias desta Recomendação ao Centro de Apoio das Promotorias de Justiça do Direito do Consumidor e para publicação no DOMP/MS.

Nova Andradina/MS, 01 de abril de 2020

PAULO LEONARDO DE FARIA
Promotor de Justiça

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 09.2020.00001381-4**RECOMENDAÇÃO**

O Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, por seu Promotor de Justiça, no uso de suas atribuições, no bojo do Procedimento Administrativo registrado sob o nº 09.2020.00001381-7, instaurado no âmbito da 2ª Promotoria de Justiça de Nova Andradina, com fundamento no artigo 74, inciso I, V e VII, da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, na Resolução nº 164/2017 do Conselho Nacional do Ministério Público – CNMP, e na Resolução nº 005/2012, de 13 de setembro de 2012, do Colégio de Procuradores de Justiça do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul;

CONSIDERANDO que o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, nos termos do artigo 127 da Constituição da República;

CONSIDERANDO que é função institucional do Ministério Público zelar pelo efetivo respeito dos serviços de relevância pública, em especial os relativos à saúde, e aos direitos assegurados pela Constituição Federal/88, promovendo as medidas necessárias a sua garantia (art. 129, inciso II, da Constituição Federal/88);

CONSIDERANDO que a saúde configura um direito público subjetivo e fundamental (direito à vida) do ser humano, cujo dever de assegurá-la foi conferido à Administração Pública, conforme previsão dos artigos 23, inciso II, 24, inciso XII e 30, inciso VII, 196 e 197, todos da Carta Constitucional de 1988;

CONSIDERANDO que, como explicita o art. 6.º da Lei 8.080/90, estão incluídas no campo de atuação do Sistema Único de Saúde (SUS) as ações de vigilância epidemiológica, as quais se entendem como um conjunto de ações que proporcionam o conhecimento, a detecção ou prevenção de qualquer mudança nos fatores determinantes e condicionantes de saúde individual ou coletiva, com a finalidade de recomendar e adotar as medidas de prevenção e controle das doenças ou agravos;

CONSIDERANDO que a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou, em 30 de janeiro de 2020, que o surto do Novo Coronavírus (COVID-19) constitui uma Emergência em Saúde Pública de Importância Internacional, bem como, em 11 de março de 2020, classificou a situação mundial como pandemia;

CONSIDERANDO a edição da Lei nº 13.979/2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do referido vírus;

CONSIDERANDO a edição pelo Ministério da Saúde da Portaria nº 188/2020, que declara Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional, e da Portaria nº 356/2020, a qual dispõe sobre a regulamentação e operacionalização da Lei nº 13.979/2020;

CONSIDERANDO que a disseminação rápida do novo coronavírus (COVID-19) em escala global e mais recentemente no Brasil impõe uma resposta coordenada e imediata de todas as organizações públicas e privadas no sentido de evitar a propagação da infecção e transmissão comunitária da doença;

CONSIDERANDO a necessidade de adotar medidas profiláticas, de controle e contenção dos riscos e agravos à saúde ocasionados pela COVID-19;

CONSIDERANDO que a Resolução nº 015/2007 dispõe, em seu art. 5º, que “a recomendação é instrumento destinado à orientação de órgãos públicos ou privados, para que sejam cumpridas normas relativas a direitos e deveres assegurados ou decorrentes das Constituições Federal e Estadual e serviços de relevância pública e social”;

Resolve recomendar à instituição de longa permanência para idoso de Nova Andradina, Lar Sagrado Coração de Jesus, que durante o período de Estado de Emergência Nacional, Estadual e Municipal em Saúde Pública, de Importância Internacional (ESPII), em decorrência da infecção pelo novo coronavírus (COVID-19), adotem todas as recomendações e protocolos do Ministério da Saúde, bem como da Secretaria Municipal de Saúde, e:

- 1) interrompam as visitas externas (voluntários, familiares, doadores e outros), considerando a particular vulnerabilidade dos idosos ao Covid-19;
- 2) providenciem o acompanhamento permanente da instituição pela Vigilância Sanitária;
- 3) sejam reforçadas as práticas de higiene por parte dos idosos abrigados e dos servidores/colaboradores, garantindo o acesso à materiais de uso pessoal e de higiene para todos os profissionais, bem como para os idosos;
- 4) seja garantido, de modo prioritário, a vacinação de H1N1 aos idosos, servidores e colaboradores da instituição, bem como fornecimento imediato de álcool em gel, máscaras e luvas para todos os profissionais dentro do asilo;
- 5) em sendo verificado caso suspeito, que seja acionada imediatamente a Secretaria Municipal de Saúde, adotando-se os protocolos determinados pelo Ministério da Saúde.

O Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul deverá ser comunicado, por escrito (através do e-mail da 2ª Promotoria de Justiça de Nova Andradina: 2pjnovaandradina@mpms.mp.br), no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, a partir do recebimento da presente, se a autoridade acolherá ou não a Recomendação, com o encaminhamento de documentos hábeis a comprovar a efetivação das medidas, caso positiva a resposta, sendo que o não atendimento poderá ensejar providências nas esferas cível, penal e administrativa, nos termos supra fundamentados.

Por fim, ressalte-se que, diante da urgência que o caso requer, a presente Recomendação será encaminhada através dos canais digitais disponíveis (e-mail e whatsapp), suficientes ao conhecimento de seu teor e adoção das providências cabíveis.

Encaminhe-se, eletronicamente, ao Secretário Municipal de Saúde, à Secretária Municipal de Assistência Social e Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça do Idoso, para conhecimento.

Publique-se no Diário Oficial do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul (DOMP).

Nova Andradina/MS, 02 de abril de 2020

PAULO LEONARDO DE FARIA
Promotor de Justiça

PARANAÍBA

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO N. 09.2020.00001274-8

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul
Requerido: Município de Paranaíba

RECOMENDAÇÃO Nº 0003/2020/02PJPNB

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, neste ato representado pela Promotoria de Justiça de proteção dos direitos constitucionais do cidadão e dos direitos humanos da comarca de Paranaíba, no exercício das atribuições previstas no artigo 129, III, da Constituição Federal, artigo 132, III, da Constituição Estadual, bem como diante das disposições contidas na Lei nº. 7.347/85 e na Lei n. 8.069/90, cumprindo o disposto no artigo 26, inciso VI, da Lei Federal nº. 8.625/93 e artigo 27, IV, “a”, da Lei Complementar nº. 072/94, e;

CONSIDERANDO, que o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, de acordo com o disposto no artigo 127, caput, da Constituição Federal;

CONSIDERANDO, que é função institucional do Ministério Público zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados na Constituição, promovendo as medidas necessárias à sua garantia, nos exatos termos do artigo 129, inciso II, da Constituição Federal;

CONSIDERANDO, que o direito à saúde configura um direito público subjetivo e fundamental do ser humano, essencial à própria garantia do direito pressuposto ao exercício de todos os demais direitos, qual seja, o direito à vida, sendo dever do Estado assegurar o seu exercício a todos, conforme estabelece o art. 196, da Constituição Federal de 1988;

CONSIDERANDO, que o art. 6º da Lei 8.080/90 estabelece que estão incluídas no campo de atuação do Sistema Único de Saúde (SUS) as ações de vigilância epidemiológica, as quais se entendem como um conjunto de ações que proporcionem o conhecimento, a detecção ou prevenção de qualquer mudança nos fatores determinantes e condicionantes de saúde individual ou coletiva, com a finalidade de recomendar e adotar as medidas de prevenção e controle das doenças ou agravos;

CONSIDERANDO, que o art. 5º, da Lei n. 13.979/2020 prevê que: “Toda pessoa colaborará com as autoridades sanitárias na comunicação imediata de: I – possíveis contatos com agentes infecciosos do Novo Coronavírus; II – circulação em áreas consideradas como regiões de contaminação pelo Novo Coronavírus”;

CONSIDERANDO, que o Ministério da Saúde regulamentou a execução da Lei n. 13.979/2020, facultando aos Secretários de Saúde ou seus superiores a decretação de quarentena, nos termos do art. 4º da Portaria n. 356/2020/MS, nos seguintes termos: “Art. 4º A medida de quarentena tem como objetivo garantir a manutenção dos serviços de saúde em local certo e determinado. §1º A medida de quarentena será determinada mediante ato administrativo formal e devidamente motivado e deverá ser editado por Secretário de Saúde do Estado, do Município, do Distrito Federal ou Ministro de Estado da Saúde ou superiores em cada nível de gestão, publicada no Diário Oficial e amplamente divulgada nos meios de comunicação. §2º A medida de quarentena será adotada pelo prazo de até 40 (quarenta) dias, podendo se estender pelo tempo necessário para reduzir a transmissão comunitária e garantir a manutenção dos serviços de saúde no território. §3º A extensão do prazo da quarentena de que trata o §2º dependerá de prévia avaliação do Centro de Operações de Emergências em Saúde Pública (COE-nCoV) previsto na Portaria n. 188/GM/MS, de 3 de fevereiro de 2020. §4º A medida de quarentena não poderá ser determinada ou mantida após o encerramento da Declaração de Emergência em Saúde Pública e Importância Nacional;

CONSIDERANDO, que a Lei n. 13.979/2020, em seus arts. 2º, 3º e 3º, §7º juntamente com a Portaria Interministerial n. 05/2020-MS e MJSP conferem aos gestores locais do SUS a possibilidade de adotarem as medidas restritivas de direitos nominadas no art. 3º da Lei n. 13.979/2020 – que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Novo Coronavírus responsável pelo surto de 20;

CONSIDERANDO, a competência dos Municípios, bem como as atribuições do Prefeito, previstas no art. 102, I a LXII, da Lei Orgânica do Município de Paranaíba, e também na Lei n. 13.979/2020, em seus arts. 2º, 3º e 3º, §7º;

CONSIDERANDO, que a Resolução n. 015/2007-PGJ dispõe, em seu artigo 5º, que a recomendação é instrumento destinado à orientação de órgãos públicos ou privados, para que sejam cumpridas normas relativas a direitos e deveres assegurados ou decorrentes das Constituições Federal e Estadual e serviços de relevância pública e social;

CONSIDERANDO, que o art. 1º da Resolução n. 164/2017 – CNMP, do Conselho Nacional do Ministério Público preconiza que: “Art. 1º A recomendação é instrumento de atuação extrajudicial do Ministério Público por intermédio do qual este expõe, em ato formal, razões fáticas e jurídicas sobre determinada questão, com o objetivo de persuadir o destinatário a praticar ou deixar de praticar determinados atos em benefício da melhoria dos serviços públicos e de relevância pública ou do respeito aos interesses, direitos e bens defendidos pela instituição, atuando, assim, como instrumento de prevenção de responsabilidades ou correção de condutas”;

CONSIDERANDO, que está ocorrendo um aumento exponencial de infectados por coronavírus no Brasil e no mundo, sendo que, no mundo há próximo de um milhão (Um Milhão) de casos confirmados, com mais de 45.000 (Quarenta e Cinco Mil) mortes confirmadas e, no Brasil, cerca de 7.000 (Sete Mil) casos confirmados, com 241 (Duzentos e Quarenta e Uma) mortes;

CONSIDERANDO, que a Organização Mundial da Saúde classificou o Coronavírus como uma “pandemia”, cobrando uma ação dos governos compatível com a gravidade da situação a ser enfrentada;

CONSIDERANDO, que no Brasil os casos vêm aumentando de modo exponencial nos últimos dias;

CONSIDERANDO, que, nesse sentido, o Ministério da Saúde e as autoridades públicas estaduais já declararam a transmissão comunitária, o que significa que não será mais possível detectar de quem o vírus foi contraído, tornando ainda mais difícil o controle da transmissão da COVID-19;

CONSIDERANDO, a importância da prevenção nos estágios iniciais do contágio, como forma de controlar a velocidade de propagação do vírus, tem sido entendida como a medida mais efetiva para proteger os cidadãos e obstar o colapso do sistema de saúde, a adoção de medidas restritivas na aglomeração de pessoas;

CONSIDERANDO, que a justificativa técnica e a decisão fundamentada no interesse público se fazem ainda mais necessárias quando é notório e sabido o déficit de médicos no SUS e que o número de leitos – geral e os de UTI – no município e no Estado são insuficientes para o dia a dia da população, de modo que não suportariam a demanda de um contágio explosivo da COVID-19, mesmo considerando eventual incremento com aporte de custeio pelo Governo Federal;

CONSIDERANDO, a necessidade implementação coordenada das ações pelo Poder Público, de maneira escalonada, com regras mais claras de distanciamento social, conforme as diretrizes da Lei n. 13.979, de 2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019;

CONSIDERANDO, a recente decisão do TRF2, que suspendeu a decisão liminar (provisória) da 1ª Vara Federal de Duque de Caxias e decidiu que as atividades religiosas de qualquer natureza voltem a ser serviços considerados essenciais durante a pandemia de covid-19, nos termos do art. 3º, XXXIX, do Decreto 10.282, de 2020, devendo-se resguardar, portanto, o livre exercício e o funcionamento destes locais protegidos pelo art. 5º, VI e art. 19, I, ambos da CF-1988, embora com restrições sanitárias impostas pelo Ministério da Saúde e pelo Município de Paranaíba, em função do direito à saúde de todos, direito fundamental previsto na Declaração Universal dos Direitos Humanos e outros mais tratados internacionais, além dos diversos preceitos da Carta de Outubro (CF-88, arts. 5º, § 2º, 6º, *caput*, 23, II, 30, VII, 196, entre outros);

CONSIDERANDO, que as medidas previstas no art. 3º da Lei n. 13.979, de 2020, segundo o § 3º, “somente poderão ser determinadas com base em evidências científicas e em análises sobre as informações estratégicas em saúde e deverão ser limitadas no tempo e no espaço ao mínimo indispensável à promoção e à preservação da saúde pública.”

CONSIDERANDO, ainda, as Diretrizes Nacionais para a Prevenção e Controle de Epidemias da Dengue, notadamente a estratégia do regime de zoneamento, que consiste em determinar uma mesma área de trabalho dentro da qual serão promovidas as demais ações no combate ao vetor da dengue, zika, e outras enfermidades causadas pelo *Aedes Aegypti*;

CONSIDERANDO, que a pandemia causada pelo agente etiológico ou patógeno o *vírus Sars-Cov-2*, ainda que tenha modelo de transmissão diversa, em que o vetor é o próprio homem, é certo que o zoneamento de áreas de contágio do Município, subdividindo-o em áreas sem contágio, de baixo, médio e alto contágio, apresenta-se como a maneira mais adequada de se atingir o comando preconizado no art. 3º, § 3º, da Lei n. 13.979, de 2020;

CONSIDERANDO, que o Ministério da Saúde do Brasil aponta, entre as medidas gerais para o combate à pandemia de vírus, entre outros: (i) o reforço da prevenção individual com a etiqueta respiratória (como cobrir a boca com o antebraço ou lenço descartável ao tossir e espirrar); (ii) o isolamento domiciliar ou hospitalar de pessoas com sintomas da doença por até 14 dias; (iii) a recomendação para que pacientes com casos leves procurem os postos de saúde; (iv) a prática da higiene frequente, a desinfecção de objetos e superfícies tocados com frequência, como brinquedos, maçanetas, corrimão; (v) que nos serviços públicos e privados, é indicado que disponibilizem locais para que os trabalhadores lavem as mãos com frequência, álcool em gel 70% e toalhas de papel descartáveis; (vi) que idosos e doentes crônicos evitem contato social como idas ao cinema, shoppings, viagens e locais com aglomeração de pessoas;

CONSIDERANDO, que o Ministério da Saúde do Brasil aponta, entre as medidas para áreas com transmissão comunitária, local e sustentada da doença: (i) a redução de deslocamentos desnecessários; (ii) a quarentena, segundo os conceitos do art. 2º, I e II, da Lei n. 13.979, de 2020, do Artigo 1 do Regulamento Sanitário Internacional, e da Portaria do MS, n. 356, de 2020 constante do Anexo ao Decreto nº 10.212, de 30 de janeiro de 2020;

CONSIDERANDO, o atual Boletim Epidemiológico do Estado de Mato Grosso do Sul, publicado no dia 01 de abril de 2020, dando conta que no Estado há 51 (Cinquenta e Um) casos confirmados, porém, nenhum deles no Município de Paranaíba, apesar de haver um (01) caso confirmado no Município de Três Lagoas, distante cerca de 179 quilômetros desta cidade, e outros casos nos Estados de São Paulo (Votuporanga, 186 km, 1 caso), Minas Gerais (Uberaba, 383km, 4 casos) e Goiás (Jataí, 283 km, 1 caso), cujas cidades nominadas são as mais próximas em casos, com destaque que nenhuma das capitais dos Estados acima estão localizadas a menos de 400 quilômetros;

CONSIDERANDO, que “a epidemia do novo coronavírus no Brasil estaria evoluindo de forma mais lenta e controlada do que em outros países, como China, Itália, Espanha e Estados Unidos”, segundo estudo conduzido por um grupo de especialistas da PUC-RJ e da Fiocruz, o qual aponta, ainda, que apenas sete (7,37%) por cento dos casos totais (6.836) do Brasil estão na região Centro Oeste (504), sendo que esta relação cai para setenta e quatro centésimos (0,74%) por cento dos casos notificados até o dia 01 de abril em relação ao Estado de Mato Grosso do Sul (51), casos estes concentrados na capital Campo Grande. Até mesmo o mais recente boletim epidemiológico divulgado pelo Ministério da Saúde, no dia 02 de abril de 2020, mostra a diminuição/estabilização da curva percentual dos casos totais do Brasil (7.910) de Sarscov-2 para a região Centro Oeste (6,72%), e para o Estado de Mato Grosso do Sul (0,67%);

Diante das considerações acima, RECOMENDA-SE COMPLEMENTARMENTE ao MUNICÍPIO DE PARANAÍBA, na pessoa do PREFEITO MUNICIPAL e da SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, as seguintes providências, considerando as novas disposições do Decreto n. 609, de 01 de abril de 2020:

I: Autorização das medidas de isolamento, quarentena e outras: Nos termos do art. 3º, § 7º, II, da Lei n. 13.979, de 2020, informe ao Ministério Público Estadual se as medidas previstas dos incisos I, II, V, VI e VIII do caput, do art. 3º, foram devidamente autorizadas pelo Ministério da Saúde;

II: Estado de calamidade pública: Nos termos do art. 102, XLIV, 115, § 1º, 171 e 183, § 3º, todos da Lei Orgânica do Município de Paranaíba, e com fundamento no Decreto Legislativo n. 06, de 2020, promulgado pelo Congresso Nacional, a decretação do estado de calamidade pública, até 31 de dezembro de 2020, em decorrência da pandemia causada pelo covid-19, tendo em vista os efeitos legais pertinentes, notadamente as despesas extraordinárias necessárias no último ano do mandato do chefe do executivo;

III: Barreiras sanitárias: A instalação de barreiras sanitárias intramunicipais nas entradas do Município, que permitam controlar o fluxo de pessoas para as áreas de transmissão comunitária da doença, de maneira a possibilitar, com efetividade, que as medidas de quarentena e isolamento sejam adotadas, quando necessário, analisando-se, em tais locais, a proveniência das pessoas e sua temperatura corporal, devendo tais informações serem registradas em banco de dados próprio, conforme item a seguir;

IV: Sistema de informação e controle Covid-19: Aquisição e/ou desenvolvimento de programa de dados para o gerenciamento das informações provenientes das barreiras sanitárias, dos atendimento de casos suspeitos surgidos nos Postos de Saúde, Hospitais e domiciliares e para permitir o monitoramento das medidas de restrição à circulação das pessoas sujeitas às medidas de isolamento e quarentena;

V: Zoneamento para classificação das áreas de contaminação: Demarcar a área urbana e rural, mediante zoneamento do Município de Paranaíba e do Distrito de Aporé, subdividindo-se a área total do município em zonas delineados que serão classificados de modo a permitir o planejamento estratégico e a aplicação das medidas de acordo com a expansão dos casos de contaminação nestes espaços certos e determinados, permitindo-se, assim, a gestão eficiente e o controle efetivo das áreas territoriais de acordo com a demanda crescente ou decrescente dos casos confirmados de coronavírus, inclusive permitindo, com essa medida, o estabelecimento de limites à circulação intramunicipal ou urbana, leitura permitida do art. 3º, VI, da Lei n. 13.979, de 2020, do seguinte modo:

- (a) área sem contágio (branca), 0 casos;
- (b) área de baixo contágio (verde), de 1 a 30 casos;
- (c) área de médio contágio (amarela), de 31 a 50 casos;
- (d) área alto contágio (vermelha), acima de 50 casos.

VI: Ensino público e particular (novos arts. 4º e 52): Estabelecer a suspensão das aulas na rede pública municipal de ensino, e recomendar, à rede privada, a suspensão das aulas até dia 24 de abril de 2020;

VII - Eventos públicos (novo art. 5º): Suspender os eventos públicos municipais, e os alvarás eventualmente concedidos para os eventos públicos de outros órgãos e instituições, até o dia 24 de abril de 2020;

VIII - Eventos festivos (novo art. 13, caput): Suspender os alvarás para eventos privados, tais como shows musicais, circos, e vedar a concessão de novos, até o dia 24 de abril de 2020;

IX - Igrejas, cultos e missas (novos arts. 13, § 4º e 18): Na proibição acima não se podem incluir as atividades religiosas de qualquer natureza, de caráter essencial, mas que devem respeitar, em seu interior, uma distância mínima de 2 metros entre uma pessoa e outra, segundo recomendação da OMS, respeitando-se, assim, o espaço de quatro (04) metros quadrados por pessoa, até o número máximo de trinta (30) participantes por atividade, sem prejuízo das medidas obrigatórias de: (a) assepsia das mãos na entrada e saída destes locais, os quais devem dispor de álcool em gel 70%; (b) assepsia obrigatória das mãos com álcool 70% ao utilizar dos bebedouros, os quais devem ser dotados de copos descartáveis e ter suas torneiras do tipo jato esguicho inutilizadas para o uso; (c) limpeza entre as cerimônias das cadeiras ou bancos utilizadas;

X - Reuniões em locais públicos ou privados, sem a necessidade de alvará (novos arts. 14 e 16): Conforme recomendação anterior do Ministério Público, não há situações de exceção constitucional declaradas, estados de defesa ou de sítio, de maneira que o direito fundamental previsto no art. 5º, XVI, não deve ser suspenso ou restringido, mas apenas recomendada a população que mantenha o distanciamento social, evite as aglomerações e mantenham uma distância mínima de 2 metros entre uma pessoa e outra, segundo orientação da OMS;

XI – Academias e outras atividades esportivas em área fechada (novo art. Art. 15): Suspensão das atividades até o dia 07 de abril, e a partir dessa data, reabertura, com fluxo reduzido de pessoas, devendo, em qualquer caso, observar os alunos e professores a distância mínima de 2 metros entre eles, segundo recomendação da OMS, respeitando-se, assim, ainda, o espaço de quatro (04) metros quadrados por pessoa, até o número máximo de vinte (20) presentes, se o espaço total do estabelecimento comportar esse número, sem prejuízo das medidas obrigatórias: (a) de assepsia das mãos na entrada e saída destes locais, os quais devem dispor de álcool em gel 70%; (b) funcionários para a limpeza permanente dos aparelhos utilizados pelos alunos; (c) assepsia obrigatória das mãos com álcool 70% ao utilizar dos bebedouros, os quais devem ser dotados de copos descartáveis e ter suas torneiras do tipo jato esguicho inutilizadas para o uso;

XI – Velórios (novo art. 17): Revogação do § 4º, tendo em vista que, na eventualidade de falecimentos durante a noite, poderia haver prejuízo em relação ao sepultamento imediato do § 5º. Outrossim, importante menção expressa, talvez nos §§ 2º ou 3º, quanto a distância mínima de 2 metros entre uma pessoa e outra, respeitando-se, assim, o espaço de quatro (04) metros quadrados por pessoa, até o número máximo de dez (10) presentes, se o espaço total da casa de velório respectiva comportar esse número, sem prejuízo do art. 30, quanto às medidas sanitárias;

XII - Bares, lanchonetes, sorveterias, etc. (novo art. 22): Permitir o consumo no local do estabelecimento, mantida a vedação do autosserviço, sem prejuízo das regras do art. 23, I a IV, e 25, VII, do Decreto;

XIII - Restaurantes: (novo art. 23, IV): Com relação ao autosserviço, manter a vedação, mas permitir o buffet exposto, para que o consumidor faça suas opções de alimentos e quantidade, e um servidor do estabelecimento, que deverá fazer uso de luvas e máscaras, sirva os itens escolhidos e entregue o prato a seguir, para pesagem (peso) ou consumo (coma à vontade). Caso repetida a refeição, o consumidor deverá servir-se de novos utensílios. Deve ainda o restaurante observar o art. 25, VII, do Decreto;

XIV - Toque de recolher geral e indeterminado: (novo art. 33): A medida não se coaduna com a nova Lei n. 13.979, de 2020, que permite, quando muito, no art. 3º, VI, a e b, *contrario sensu*, a restrição excepcional e temporária de locomoção intramunicipal que deverá ser limitada no tempo e no espaço ao mínimo indispensável à promoção e à preservação da saúde pública (art. 3º, § 1º). Portanto, necessário que se aponte, segundo análises sobre as informações estratégicas em saúde, (a) quais os pontos da cidade são críticos, por conta de aglomeração e outros, e que por isso devem ser ficar adstritos à circulação apenas dos moradores; (b) em qual horário, e (c) o termo final dessa medida.

XV - Observar os seguintes aspectos, ausentes no novo Decreto:

Vedar o comércio de feiras livres, até o dia 19 de abril;

Os Serviços de Táxi e Moto-táxi devem observar rigorosamente os cuidados de higienização e limpeza, sob pena de suspensão dos serviços;

As medidas previstas no Decreto serão reavaliadas a qualquer momento, de acordo com a situação epidemiológica do município.

XVI – Encaminhe-se cópia da presente Recomendação ao Prefeito Municipal, requisitando-se a devida divulgação da presente Recomendação, em conformidade com o art. 45, parágrafo único, da Resolução n. 0015/2007 – PGJ, encaminhe-se, também, ao Setor competente para a devida Publicação no Diário Oficial do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

XVII - Decorrido o prazo concedido, com ou sem resposta, certifique-se nos presentes autos.

Paranaíba, 03 de abril de 2020.

RONALDO VIEIRA FRANCISCO
2º Promotor de Justiça dos Direitos Humanos

TERENOS

EDITAL Nº 0017/2020/PJ/TRN

A Promotoria de Justiça da comarca de Terenos/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil abaixo especificado, o qual está à disposição de quem possa interessar, no endereço sito Rua Pedro Celestino, s/n, Centro, Terenos/MS.

Inquérito Civil: 06.2019.00001171-6.

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso Do Sul.

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar possíveis irregularidades nos pagamentos dos serviços prestados por Cícero da Conceição – ME ao Município de Terenos/MS.

Terenos/MS, 30 de março de 2020.

EDUARDO DE ARAÚJO PORTES GUEDES
Promotor de Justiça

EDITAL Nº 0018/2020/PJ/TRN

A Promotoria de Justiça da comarca de Terenos/MS torna pública a instauração do Procedimento Preparatório abaixo especificado, o qual está à disposição de quem possa interessar, no endereço sito Rua Pedro Celestino, s/n, Centro, Terenos/MS.

Procedimento Preparatório: 06.2020.00000263-9.

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso Do Sul.

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventual descumprimento da jornada de trabalho dos servidores do Município de Terenos-MS que exercem o cargo de "dentista".

Terenos/MS, 30 de março de 2020.

EDUARDO DE ARAÚJO PORTES GUEDES
Promotor de Justiça

EDITAL N° 0019/2020/PJ/TRN

A Promotoria de Justiça da comarca de Terenos/MS torna pública a instauração do Procedimento Administrativo de acompanhamento de Políticas Públicas abaixo especificado, o qual está à disposição de quem possa interessar, no endereço sito Rua Pedro Celestino, s/n, Centro, Terenos/MS.

Procedimento Administrativo de acompanhamento de Políticas Públicas: 09.2020.00001125-0.

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso Do Sul.

Requerido: A apurar

Assunto: Acompanhar diligências realizadas por esta Promotoria de Justiça na mobilização social para o incremento das destinações de parte do Imposto de Renda ao Fundo Municipal da Infância e Adolescência (FIA) de Terenos/MS, com o lançamento da campanha denominada “DECLARE O SEU CARINHO”.

Terenos/MS, 30 de março de 2020.

EDUARDO DE ARAÚJO PORTES GUEDES

Promotor de Justiça

COMARCAS DE PRIMEIRA ENTRÂNCIA

ITAQUIRAÍ

RECOMENDAÇÃO N.º 0006/2020/PJ/ITQ

Procedimento Administrativo n. 09.2020.00001239-2

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Itaquiraí

Objeto: Apurar as políticas públicas de prevenção, contenção e tratamento adotadas neste Município com relação ao denominado COVID 19.

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, por intermédio da Promotoria de Justiça da Comarca de Itaquiraí – MS, com fundamento no artigo 27, parágrafo único, inciso IV, da Lei nº 8.625/93 e no artigo 29, IV da Lei Complementar Estadual nº 72/1994 e

CONSIDERANDO que incumbe ao Ministério Público a defesa do patrimônio público e social, da moralidade e da eficiência administrativa, nos termos dos artigos 127, *caput*, e 129, inciso III, da Constituição Federal – CF/1988, artigo 25, inciso IV, alínea “a” e “b”, da Lei n.º 8.625/93, e artigo 26, IV, alíneas “a” e “b” da Lei Complementar Estadual nº 75/1994;

CONSIDERANDO que os agentes públicos devem obrigatoriamente velar pela observância dos princípios constitucionais regentes da Administração Pública esculpidos no artigo 37 da CF/1988, quais sejam a legalidade, a impessoalidade, a moralidade, a publicidade e a eficiência;

CONSIDERANDO que a defesa dos interesses sociais e individuais indisponíveis é função institucional do Ministério Público, bem como a promoção de inquérito civil e a ação civil pública para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos (art. 127, *caput*, e 129, inciso III, da CF/1988);

CONSIDERANDO que o artigo 27, parágrafo único, inciso IV, da Lei nº 8.625/93 e no artigo 29, inciso IV, da Lei Complementar Estadual nº 72/94 preveem, dentre as atribuições do Ministério Público, expedir recomendações visando à melhoria dos serviços públicos e de relevância pública, bem como ao respeito aos interesses, direitos e bens cuja defesa lhe caiba promover; fixando prazo razoável para a adoção de providências cabíveis;

CONSIDERANDO que as recomendações podem ser expedidas no âmbito de inquérito civil, procedimento preparatório ou procedimento administrativo, conforme os artigos 44 e 45 da Resolução nº 015/2007-PGJ, de 27 de

novembro 2007 e artigo 4º, I da Resolução nº 005/2012-CPJ, de 13 de setembro de 2012 do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul;

CONSIDERANDO que a recomendação, em regra, é expedida nos autos do inquérito após a sua instrução, como forma de evitar a propositura da medida judicial e quando não seja o caso de ajustamento de conduta, mas nada impede que a recomendação seja feita fora de uma investigação, ou até inicie o inquérito civil.

CONSIDERANDO que, nos moldes da Resolução n. 164/2017 do Conselho Nacional do Ministério Público (art. 3º), para expedição de recomendações pelo Ministério Público, via de regra, basta a existência de procedimento formal (Procedimento Preparatório, Inquérito Civil ou Procedimento Administrativo), ainda que não destinado a investigação, como é o caso deste feito;

CONSIDERANDO que, em caso de em situações de violação às normas jurídicas por pessoas físicas ou jurídicas, incumbe ao Ministério Público promover o inquérito civil e a ação civil pública para a anulação ou declaração de nulidade de atos lesivos ao patrimônio público ou à moralidade administrativa do Estado ou de Município, de suas administrações indiretas ou fundacionais ou de entidades privadas de que participem (art. 25, IV, “b”, Lei 8.625/93).

CONSIDERANDO que atos que gerem enriquecimento ilícito, prejuízo ao erário ou que violem os princípios da Administração Pública podem configurar atos de improbidade administrativa, sujeitando o responsável às sanções impostas pela Lei 8.429/92;

CONSIDERANDO que a Organização Mundial de Saúde – OMS, aos 30 de janeiro de 2020 declarou Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional e, aos 11 de março de 2020, declarou a pandemia do Novo Coronavírus – Covid-19, e a Permanência da Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional – ESPII;

CONSIDERANDO que o Ministro de Estado da Saúde, por meio da Portaria nº 188, de 3 de fevereiro de 2020, declarou Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional no âmbito da República Federativa do Brasil, nos termos do Decreto 7.616/2011;

CONSIDERANDO que o Governador do Estado de Mato Grosso do Sul, por meio do Decreto nº 15.391, de 16 de março de 2020, e do Decreto 15.396/2020 de 19 de março de 2020, declarou Situação de Emergência na Saúde Pública no Estado de Mato Grosso do Sul em função da infecção humana pelo Novo Coronavírus;

CONSIDERANDO a necessidade de observância, pelos Municípios, do que estabelece a Lei Federal nº 13.979/2020 que dispôs sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus, declarada pelo Ministério da Saúde, por meio da Portaria 188 de 03/02/2020;

CONSIDERANDO que, uma vez declarada a situação de emergência/calamidade pública, necessária a elaboração, pelo Município, de um plano de contingência, com a previsão de ações conforme os níveis de resposta, indispensável ao balizamento da necessidade e adequação das ações empreendidas, dentre elas as contratações diretas, por dispensa de licitação, fundadas no artigo 4º, 4º-A, 4º-B, 4º-C, 4º-D, 4º-E, 4º-F, 4º-G, 4º-H e 4º-I da Lei 13.979/2020, alterada pela MP 926/2020, em observância ao dever de transparência, eficiência e moralidade administrativa, nos termos do artigo 37 da CF;

CONSIDERANDO que a contratação de bens, obras ou serviços pela Administração Pública deve ser, em regra, precedida de licitação, conforme exigência da Constituição Federal (art. 37, XXI) e Lei 8.666/93, como medida de legalidade, impessoalidade, isonomia, eficiência e moralidade;

CONSIDERANDO que a contratação sem realização de licitação somente é admitida nas estritas hipóteses previstas em lei, de modo que os casos de dispensa de licitação, previstos no artigo 4º, 4º-A, 4º-B, 4º-C, 4º-D, 4º-E, 4º-F, 4º-G, 4º-H e 4º-I são, por sua natureza, excepcionais e taxativos;

CONSIDERANDO que a dispensa de licitação autorizada pelo artigo 4º, 4º-A, 4º-B, 4º-C, 4º-D, 4º-E, 4º-F, 4º-G, 4º-H e 4º-I da Lei 13.979/2020 é temporária e aplica-se apenas para a aquisição de bens, serviços (inclusive de engenharia) e insumos destinados ao enfrentamento da Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional e Nacional decorrente do Coronavírus – Covid19;

CONSIDERANDO que a falta de verificação da relação de causalidade da contratação com a finalidade estabelecida em lei configura dispensa indevida da licitação, gera a nulidade do contrato administrativo correspondente (artigo 49, par. 2º da Lei 8.666/93), bem como responsabilidade criminal (artigo 89) e por ato de improbidade do gestor, seja pelo dano presumido ao erário público, seja pela violação dos princípios da Administração Pública (Lei 8.429/92);

CONSIDERANDO que o regime especial de contratação definido na Lei 13.979/2020, em especial a presunção *juris tantum* estabelecida no artigo 4º-B, restrita à existência da emergência (incisos I, II e III) e à limitação da contratação à parcela necessária ao atendimento da emergência (inciso IV), não dispensa o gestor de, em processo administrativo de dispensa de licitação regularmente instaurado, demonstrar (i) a existência de uma necessidade pública para combate e tratamento da pandemia; (ii) a correlação lógica entre a causa (a necessidade pública) e a consequência fático-jurídico a ser obtida pela contratação (o enfrentamento à pandemia); e (iii) a proporcionalidade da medida;

CONSIDERANDO que, apesar de a Lei 13.979/2020 estabelecer regras diferenciadas para a contratação emergencial para o enfrentamento da Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional, declarada por meio da Portaria 188/MS, inclusive com a dispensa de estudos preliminares, quando se cuidar de contratação de bens e serviços comuns, o processo de contratação por dispensa de licitação, baseado no artigo 4º e seguintes da referida lei, deve conter termo de referência e projeto básico simplificados, para identificação do objeto, fundamentação da contratação, estabelecimento de critérios de medição e pagamento, e estimativa de preços e adequação orçamentária, nos termos do artigo 4º-E da Lei 13.979/2020;

CONSIDERANDO que a Lei 13.979/2020 dispensa, excepcionalmente e mediante decisão fundamentada, a realização de estimativa de preços e permite, também, que a contratação seja efetuada por preço superior ao estimado, em razão das oscilações ocasionadas pela variação de preços, também de forma fundamentada, conforme artigo 4º-E, §§ 2º e 3º;

CONSIDERANDO que nas contratações regidas pela Lei 13.979/2020, poderá o gestor, também excepcionalmente e de forma fundamentada, celebrar contrato com empresa com inidoneidade declarada ou com o direito de participar de licitação ou contratar com o Poder Público suspenso, quando se cuidar, comprovadamente, de única fornecedora do bem ou serviço a ser adquirido;

CONSIDERANDO que, nos termos da Lei 13.979/2020, quando houver restrição de fornecedores ou prestadores de serviço, excepcionalmente e de forma fundamentada, poderão ser dispensadas, para a contratação, a apresentação de documentação relativa à regularidade fiscal e trabalhista ou, ainda, o cumprimento de um ou mais requisitos de habilitação, ressalvados a exigência de apresentação de prova de regularidade relativa à Seguridade Social e o cumprimento do disposto no inciso XXXIII do caput do art. 7º da Constituição;

CONSIDERANDO que a Lei 13.979/2020, em seu artigo 4º-H, estabelece que os contratos regidos por essa Lei terão prazo de duração de até seis meses e poderão ser prorrogados por períodos sucessivos, enquanto perdurar a necessidade de enfrentamento dos efeitos da situação de emergência de saúde pública;

CONSIDERANDO que, apesar de a lei autorizar as contratações por dispensa de licitação, para a aquisição de bens, serviços e insumos necessários ao enfrentamento da emergência de que trata a Lei 13.979/2020, não afastou a possibilidade de realização da licitação, prevendo, inclusive, a redução dos prazos, pela metade, para a modalidade pregão, cujo objeto seja a aquisição de bens, serviços e insumos necessários ao enfrentamento da emergência de que trata a referida lei (artigo 4º-G da Lei 13.979/2020);

CONSIDERANDO que, para a garantia do princípio da publicidade, da moralidade e da eficiência administrativa, a Lei 13.979/2020 impõe a todo gestor, independentemente do número de habitantes do Município, o dever de publicar em sítio oficial específico na rede mundial de computadores (internet), todas as informações previstas no § 3º do artigo 8º da Lei 12.527 – Lei de Acesso à Informação, além do nome do contratado, o número de sua inscrição na Receita Federal do Brasil, o prazo contratual o valor e respectivo processo de contratação, afastando, assim, às contratações realizadas com base na Lei 13.979/2020, o disposto no artigo 8º, § 4º, da Lei 12.257/2011;

CONSIDERANDO que o regime especial de contratações disciplinado pela Lei 13.979/2020 não se aplica a toda e qualquer contratação que seja realizada durante o período da emergência de que trata a lei, mas apenas àquelas que

se destinem ao enfrentamento da Emergência de Saúde Pública de Importância Nacional e Internacional, razão por que para as contratações que não se destinem a essa finalidade deverão ser observadas as disposições da Lei 8.666/93;

CONSIDERANDO que o regime especial de contratação definido na Lei 13.979/2020 decorre de uma ponderação de interesses feita pelo próprio legislador diante do conflito de bens e direitos constitucionalmente protegidos, quais sejam os princípios regentes da atividade administrativa e direitos fundamentais como a vida e a saúde, e, na sua interpretação, deve-se buscar a maximização dos direitos e bens contrapostos, a fim de garantir-lhes máxima efetividade, evitando-se a nulificação dos bens e direitos em conflito;

CONSIDERANDO que a motivação dos atos administrativos é princípio da Administração Pública, extraível do artigo 93, inciso IX, da CF, e constitui garantia não somente do jurisdicionado, para o controle social das decisões administrativas, mas do próprio gestor, acerca da legitimidade de sua atuação

RESOLVE

RECOMENDAR ao Senhor Prefeito, Secretário de Saúde e Secretário de Administração do Município de Itaquiraí/MS, cada um no âmbito de suas competências:

a) a elaboração, pelo Município, caso ainda não tenha sido feito, de um plano de contingência, com a criação de um comitê gestor, que contemple a previsão de ações conforme os níveis de resposta, indispensável ao balizamento da necessidade e adequação das ações empreendidas, dentre elas as contratações diretas, fundadas no artigo 4º, 4º-A, 4º-B, 4º-C, 4º-D, 4º-E, 4º-F, 4º-G, 4º-H e 4º-I da Lei 13.979/2020, e à fundamentação das decisões tomadas;

b) que nas contratações realizadas para o enfrentamento da Emergência de Saúde Pública de Importância Nacional e Internacional decorrente do Coronavírus Covid-19 sejam instaurados processos formais de contratação;

c) que nas contratações realizadas para o enfrentamento da Emergência de Saúde Pública de Importância Nacional e Internacional decorrente do Coronavírus Covid-19 seja priorizado o sistema de regime de preços, se cabível, inclusive observando a viabilidade de adesão às atas de outros entes;

d) diante da impossibilidade de contratação por sistema de registro de preços seja devidamente justificada a decisão pela dispensa de licitação, conforme autorizado no artigo 4º da Lei 13.979/2020, com a demonstração de que a contratação pretendida revela-se necessária, adequada e proporcional ao atendimento da Emergência de Saúde Pública de Importância Nacional e Internacional decorrente do Coronavírus Covid-19, a qual, nos termos do artigo 4º-B da Lei 13.979/2020, é, presumida, sob pena de nulidade do contrato administrativo correspondente (artigo 49, par. 2º da Lei 8.666/93), por caracterizar dispensa indevida da licitação e de responsabilidade criminal (artigo 89) e por ato de improbidade do gestor, seja pelo dano presumido ao erário público, seja pela violação dos princípios da Administração Pública (Lei 8.429/92);

e) seja justificada, em decisão fundamentada, a partir de critérios de proporcionalidade (necessidade, adequação e proporcionalidade em sentido estrito) a não opção pela licitação por pregão – artigo 4º-G da Lei 13.979/2020, com prazos reduzidos quando se cuidar de aquisição de bens e serviços comuns necessários ao enfrentamento da emergência de que trata a Lei 13.979/2020, conforme previsto no artigo 4º-G da Lei 13.979/2020;

f) que, nos processos de dispensa de licitação para a contratação de insumos, bens e serviços destinados ao enfrentamento da Emergência de Saúde Pública de Importância Nacional e Internacional, sejam elaborados termos de referência e projetos básicos simplificados, indispensáveis para a identificação do objeto a ser contratado, sua necessidade, adequação e proporcionalidade ao atendimento da emergência declarada, o estabelecimento de critérios de medição e pagamento, estimativa de preços e adequação orçamentária, nos termos do artigo 4º-E da Lei 13.979/2020;

g) que na excepcional hipótese de ser dispensada a realização de estimativa de preço, nos termos do artigo 4º-E, § 2º, da Lei 13.979/2020 ou de contratação efetuada por preço superior ao estimado, em razão das oscilações ocasionadas pela variação de preços (artigo 4º-E, § 3º, da Lei 13.979/2020), as decisões sejam pautadas no princípio da proporcionalidade (necessidade, adequação e proporcionalidade em sentido estrito) e sejam devidamente fundamentada nos autos, adotando, em caso de abusividade no aumento de preços, as medidas necessárias para a intervenção imediata dos órgãos de defesa do consumidor;

h) na hipótese de a abusividade dos preços inviabilizar a própria contratação pela Administração, especialmente por questões orçamentárias e, em consequência, o atendimento da situação de emergência, avaliar, também a partir de critérios de proporcionalidade (necessidade, adequação e proporcionalidade em sentido estrito), a possibilidade de requisição, mediante justa indenização, nos termos do artigo 5º, inciso XXV, da CF, artigo 15, inciso XIII, da Lei 8.080/90, artigo 3º, inciso VII, § 7º, inciso III, da Lei 13.979/2020 e artigo 3º, inciso III, § 3º, inciso II, da Lei 13.874/2019;

i) que a decisão de contratar empresa com inidoneidade declarada ou com o direito de participar de licitação ou contratar com o Poder Público suspenso somente se dê na hipótese expressamente prevista em lei, qual seja quando se cuidar, comprovadamente, de única fornecedora (embora não exclusiva) do bem ou serviço a ser adquirido, em razão de circunstâncias fáticas existentes no momento da contratação, de forma fundamentada, adotando as medidas de cautela que foram necessárias para garantir o efetivo cumprimento do contrato;

j) que a dispensa de apresentação de documentação relativa à regularidade fiscal e trabalhista ou, ainda, o cumprimento de um ou mais requisitos de habilitação somente seja adotada diante de situação de restrição de fornecedores ou prestadores de serviço que esteja a comprometer o atendimento da situação de emergência, a partir de critérios de proporcionalidade, devidamente fundamentada, com adoção, pelo gestor, das providências necessárias a garantir o cumprimento do contrato;

k) que, embora a emergência seja presumida por lei, da mesma forma que na celebração do contrato, necessário seja devidamente fundamentada cada prorrogação, a partir da necessidade, da adequação e da proporcionalidade da prorrogação da contratação ao fim de enfrentamento da Emergência de Saúde de Importância Nacional;

l) sejam publicadas, em sítio oficial específico (a ser criado, caso inexistente) na rede mundial de computadores (internet), para a garantia do princípio da publicidade, da moralidade e da eficiência administrativa, todas as informações previstas no § 3º do artigo 8º da Lei 12.527 – Lei de Acesso à Informação, além do nome do contratado, o número de sua inscrição na Receita Federal do Brasil, o prazo contratual o valor e respectivo processo de contratação, independentemente do número de habitantes do Município, haja vista que a Lei 13.979/2020 não estendeu às contratações por ela disciplinadas, a exceção prevista no 8º, § 4º da Lei 12.257/2011 – Lei de Acesso à Informação;

m) que se abstenham de utilizar o regime especial de contratações estabelecido na Lei 13.979/2020 para as contratações que não se destinem ao enfrentamento da Emergência de Saúde Pública de Importância Nacional e Internacional, observando-se as disposições da Lei 8.666/93.

No prazo de 05 (cinco) dias, nos termos do artigo 8º, inciso IV e § 5º da LC 75/93 - Lei Orgânica do Ministério Público da União - c/c artigo 80 da Lei 8.625/93 - Lei Orgânica Nacional do Ministério Público - e art. 27, II e art. 232 da LC Estadual 72/94 - Lei Orgânica do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, deverão ser encaminhadas, por escrito, a este órgão ministerial, informações acerca das providências adotadas para o cumprimento da presente recomendação, acompanhadas dos documentos necessários à sua comprovação.

Ressalta-se que a inobservância da presente Recomendação acarretará a adoção de todas as medidas judiciais e extrajudiciais cabíveis.

Encaminhe-se, eletronicamente, ao Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça do Patrimônio Público e Social, para conhecimento.

Publique-se no Diário Oficial do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul (DOMP).

Itaquiraí/MS, 02 de abril de 2020.

PAULO DA GRAÇA RIQUELME DE MACEDO JÚNIOR
Promotor de Justiça em Substituição Legal